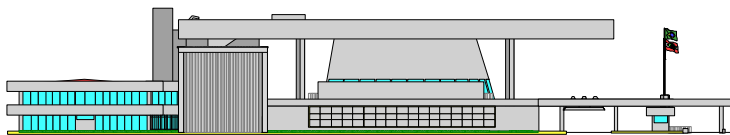


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 11 DE MARÇO DE 2008

NÚMERO 5.862

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1874
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 012ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 05/03/2008.....2

Publicações Diversas
Ata de Comissão Permanente.....
.....21
Aviso de Licitação.....21
Aviso de Resultado.....21
Portarias.....21
Redações Finais.....24

PLENÁRIO

ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fala de investimentos na região do planalto norte catarinense.
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (aparte) - Parabeniza o deputado Antônio Aguiar pelo pronunciamento e atuação como deputado do planalto norte catarinense.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Palmeira, Moacir Cruz Faxina.
DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Sauda os vereadores Leandro May e Wilmar Vandresen, de Ituporanga.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Apresenta reivindicações dos servidores das áreas da segurança, saúde e educação; fala do governo colombiano de Álvaro Uribe.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Pede o apoio dos deputados na agilização da tramitação de projeto de sua autoria que trata da investigação de paternidade.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Convida todos para a festa Pirão com Linguíça, em Tijucas; refere-se à audiência pública sobre o Movimento das Mulheres Rurais; solicita a regulamentação da Lei n. 254; comenta a situação da ponte sobre o rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN (aparte) - Refere-se ao êxodo rural.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda projeto, de sua autoria, que visa instituir a primeira semana de agosto como a semana oficial de combate ao câncer de próstata; crítica o atendimento bancário.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do vereador Sandro Calikoski, de Porto União.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda a utilização do pré-embrião na pesquisa científica.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Refere-se à utilização de embriões em pesquisas.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Comenta a utilização de embriões em pesquisa científica.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Reporta-se à falta de atenção do governador com relação aos professores e ao Movimento das Mulheres Camponesas; refere-se à reforma tributária em pauta no Congresso Nacional.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Refere-se aos problemas enfrentados pelos fruticultores do planalto norte catarinense.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Faz referência ao projeto de fruticultura.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Aborda o projeto para a cultura.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se às atitudes de Álvaro Uribe, presidente da Colômbia; comenta o Movimento das Mulheres Camponesas e das Mulheres Trabalhadoras Urbanas; aborda a negociação da Lei n. 254.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença de sua esposa.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Refere-se à greve do Magistério Público Estadual; aborda o PL n. 0014/2008, que autoriza o governo do estado a criar o programa Casa do Mestre.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tece comentários acerca do conflito entre Colômbia, Equador e Venezuela.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Faz referência ao presidente Hugo Chávez.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Deseja boas-vindas ao deputado Flávio Ragagnin; refere-se ao Dia Internacional da Mulher.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Aborda o desconforto de Tijucas com relação à superlotação do presídio municipal; registra o aumento no número de assaltos e roubos em Balneário Camboriú; refere-se à realização de audiência pública para discutir o problema com a segurança.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Refere-se ao Dia Internacional da Mulher.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Registra a importância do debate com relação à segurança nos municípios.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Elogia a realização de audiência pública para discutir o problema da segurança nos municípios.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Saúda o prefeito Marco Antônio Tebaldi; aborda o crescimento da cidade de Joinville e a passagem dos 157 anos de fundação do município.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Parabeniza Joinville pela passagem dos 157 anos de fundação.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Aborda o aniversário de 157 anos de fundação de Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Refere-se aos 157 anos de fundação de Joinville.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sugere que seja feita uma emenda ao PL n. 0357/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que cria a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Solicita a retirada do PL n. 0357/2007, de sua autoria.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Referente à Indicação n. 0036/2008, de sua autoria, que solicita instalação de sinalização educativa contra o abuso sexual e trabalho infantil em rodovias da malha viária estadual.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita subscrever o requerimento de n. 153 da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Informa ao deputado Sargento Amauri Soares que votará contra a moção de sua autoria, a ser enviada ao presidente da República do Equador.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Informa que irá solidarizar-se com o deputado Sargento Amauri Soares na moção de sua autoria, a ser enviada ao presidente da República do Equador.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute a moção de sua autoria, a ser enviada ao presidente da República do Equador.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discorda do deputado Sargento Amauri Soares na moção de sua autoria.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Refere-se às atitudes do governo do Equador.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Solicita aprovação do pedido de informação, de sua autoria, solicitando esclarecimentos sobre as obras da pavimentação asfáltica na rodovia Leopoldo Grosskopf, em Campo Alegre.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Refere-se aos Pedidos de Informação de n. 20 até o de n. 28, de sua autoria, enviados a todas as secretarias, com relação às verbas que são destinadas à sua região.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se ao pedido de informação de sua autoria, solicitando informações sobre a falta de energia na cidade de Joinville.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o Pedido de Informação n. 0029/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes, acerca da falta de energia em Joinville.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Manifesta apoio ao Pedido de Informação n. 0029/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute o Pedido de Informação n. 0029/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Esclarece ao deputado Herneus de Nadal, que em momento algum colocou dúvida com relação à seriedade do governo em decretar e querer fugir da licitação pública, mas sim, a Eletrobrás.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Refere-se à coluna *De Olho na Capital*, de autoria do jornalista César Valente.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Manifesta apoio ao Pedido de Informação n. 0029/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se ao Pedido de Informação de sua autoria, referente à pavimentação da serra do Faxinal que começa na Praia Grande.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Informa ao deputado Joares Ponticelli, que votará a favor do pedido de informação sobre a serra do Faxinal.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o Pedido de Informação de sua autoria, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando relatório de atividades e informações sobre o deslocamento ao município de Criciúma e região nos dias 14 e 15 de fevereiro.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda pedido de informação do deputado Edson Piriquito, sobre o plano de voo do helicóptero que estava a serviço da Polícia Civil, no dia 16 de fevereiro.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Defende o presidente da Celesc e ex-governador, dr. Eduardo Pinho Moreira, e afirma que votará a favor do requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Solicita ao deputado Dagomar Carneiro co-assinar a moção e a Indicação n. 0037, de sua autoria, sobre a questão da realização de projeto junto às pontes Pedro Ivo e Colombo Salles.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Passa a ler matéria referente ao posicionamento público de seu partido em defesa do uso da célula-tronco embrionária.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta todas as pessoas que estão organizando a cerimônia em homenagem ao Dia da Mulher, em seus municípios.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pede ao governo que dê prioridade às reivindicações das mulheres.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Parabeniza o deputado Pedro Baldissera pelo seu depoimento nas questões das reivindicações populares.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Chama a atenção dos senhores deputados para a tramitação, em Santa Catarina, da implantação de mais de 100 pequenas usinas hidroelétricas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Convida todos os deputados e toda comunidade, para comparecerem à III Conferência Estadual do Meio Ambiente, amanhã, às 9h, no Auditório Antonieta de Barros.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Fala sobre documento enviado pelos integrantes dos movimentos sindicais de Santa Catarina, que pede a retirada do PLC 0050/2007 referente ao regime de previdência dos servidores públicos de Santa Catarina.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta visita que fez a Itajaí, juntamente com a deputada Ana Paula Lima, referente à ponte que liga Itajaí a Navegantes.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Presta esclarecimento com relação ao requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli sobre a questão da serra do Faxinal.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dirceu Dresch, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai.

(Pausa)

Na ausência do deputado Pedro Uczai, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera.

(Pausa)

Na ausência do deputado Pedro Baldissera, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

Na ausência do deputado Herneus de Nadal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, sra. deputada Ada De Luca e srs. deputados, hoje, gostaríamos de falar sobre a nossa região do Contestado, no planalto norte, que se encontra em pleno desenvolvimento.

Teremos, no dia 7, a presença do nosso governador Luiz Henrique da Silveira nas regiões de: Santa Terezinha, Major Vieira e Papanduva para inaugurar, especificamente, na área da Celesc, subestações que farão com que o planalto norte comece a ter a coisa mais básica, mais elementar, que é a energia para ter o desenvolvimento. Os srs. prefeitos dessas cidades estão felizes porque poderão levar indústrias para os seus municípios e assim gerar emprego, crescimento e desenvolvimento.

Na Agrofesta, festa que ocorre em Canoinhas, um município pólo do planalto norte, temos certeza de que a vinda do governador será, sem dúvida, motivo de alegria, porque sabemos que o nosso governador foi aquele que fez com que o planalto norte tivesse no seu bojo a palavra mágica descentralização. E essa descentralização ocorre, sim, em toda Santa Catarina.

Nós queremos que os municípios catarinenses adotem a descentralização nos seus discursos, no seu dia-a-dia, na prática, para que ela chegue lá e faça com que as associações de bairros e os líderes participem mais diretamente do processo de gerência de prefeituras.

Nós temos a satisfação de dizer aos catarinenses que o planalto norte está em pleno desenvolvimento. O que está acontecendo por lá e que já anunciamos aqui em outra oportunidade? A vinda da Aurora, deputado Flávio Ragagnin - e v. exa. nos honra com sua presença no seu segundo dia de seu mandato.

O município de Canoinhas, com a vinda da Aurora, inicia um processo diferente do que até então se adotou: a presença da agroindústria no planalto norte, que iniciará no começo do mês de abril com a terraplanagem. Isso significa o quê? Que as áreas de terras negociadas com a Aurora já foram entregues pela prefeitura. E significa também que os negócios, que as escrituras estão todas na mão da empresa Aurora.

Isso é só o começo, pois, com certeza, vamos ter 300 mil aves produzidas diariamente, o que significa que o frigorífico vai fazer um investimento de mais de R\$ 300 milhões na nossa região, criando mais de três mil empregos que serão absorvidos pelo povo do planalto norte que anseia pela dignidade do seu emprego. A juventude está lá esperando esse emprego para não abandonar os municípios do interior, para não se desligar da sua família.

E não é só a cidade de Canoinhas. Nós teremos, na cidade de Mafra, a vinda da Sadia, conforme anunciado pelo governador do estado, Luiz Henrique da Silveira. E agora esse assunto está na mão do prefeito Jango Herbst para fazer o direcionamento e ver a maneira como vão ser feitos os investimentos em Mafra e região.

Eu tenho dito que a cidade de Mafra é muito pequena para a Sadia, como a cidade de Canoinhas é muito pequena para a Aurora. Isso significa que todos os municípios do planalto norte serão atingidos pelo grande vigor dessas duas empresas que vão gerar desenvolvimento e crescimento.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao nobre deputado de Brusque que é candidato a prefeito, Dagomar Carneiro.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Deputado Antônio Aguiar, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que sou testemunha, por ser natural da região do planalto norte, do meio-oeste, de Matos Costa, Calmon, e também por, de vez em quando, passar pela sua cidade, Canoinhas, por ver a alegria com que o povo de lá está recebendo esses investimentos da Aurora e da Sadia. E isso, com certeza, como v.exa. falou, vai mudar a realidade do planalto norte catarinense.

Gostaria, neste momento, de prestar uma homenagem a v.exa., por saber da sua luta para levar a Aurora e a Sadia para as regiões de Canoinhas e Mafra. Por andar sempre por lá, em Canoinhas, e ver o carinho com que o povo o recebe e fala bem de v.exa., eu tenho certeza de que essa é uma marca que v.exa. está deixando por lá, levando esses grandes investimentos ao município. E para aquela população está-se levando o emprego digno para que possa manter a sua família - e isso é o mais importante ao ser humano!

Então, parabéns pelo seu pronunciamento e pela sua atuação como deputado do planalto norte catarinense.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Dagomar Carneiro. Tenho certeza de que v.exa., como prefeito, também fará a cidade de Brusque grande, no sentido de desenvolvimento e crescimento.

Mas quero, hoje, também prestar a minha homenagem ao ex-senador da República Jorge Bornhausen e ao seu filho, o nosso deputado federal Paulinho Bornhausen, pela grande obra realizada na cidade de Canoinhas. Lá os Democratas estiveram presentes para, junto com o presidente do partido, vereador Paulo Glinski, e o Rafael Miranda, presidente da Associação Comercial, inaugurar o Centro Epidemiológico.

Tivemos a grata satisfação de inaugurar o centro epidemiológico, para o qual o deputado federal, Paulinho Bornhausen, destinou uma emenda parlamentar de R\$ 100 mil. Isso significa que nós, do planalto norte, de Canoinhas, sentimos-nos agradecidos pelo empenho de Paulinho Bornhausen para com a nossa região e temos certeza de que o centro epidemiológico, que é o único do planalto norte, vai, sim, trazer grandes avanços na área da saúde, porque significa medicina preventiva

para as doenças. E esse é o principal objetivo da nossa saúde, a prevenção das doenças. Hoje, nós temos a medicina curativa, que também tem que ser feita, mas o mais importante para a nossa região é a medicina preventiva. Por isso, Paulinho Bornhausen e Jorge Bornhausen, nossos agradecimentos.

Nós temos também que dizer que o prefeito de Porto União, no planalto norte, está realizando um grande mandato, pois implantou muitos benefícios, principalmente no bairro Vice-King, onde a população foi ouvida e atendida. Portanto, queremos parabenizá-lo pelo seu grande desempenho naquele município.

No planalto norte, temos ainda na prefeitura de Mafra o prefeito João Alfredo Herbst. É um lutador, um prefeito que está, sem dúvida nenhuma, mudando a história daquele município com a vinda da Sadia. O prefeito João Alfredo Herbst, realmente mudou a história de Mafra! Parabéns, prefeito!

E eu gostaria, de maneira especial, já que estamos falando em festa, parabenizar Campo Alegre pela Festa da Ovelha, que se realizará no dia 14 deste mês. Parabéns ao prefeito de Campo Alegre, Renato Bahr, e parabéns à comunidade de Campo Alegre.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvío Dreveck.

(Pausa)

Na ausência do deputado Silvío Dreveck, o próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, quero registrar a presença do nosso vice-prefeito do município de Palmeira, lá da serra catarinense, Moacir Cruz Faxina, que hoje se faz presente neste Parlamento acompanhando os nossos trabalhos, a quem damos as boas-vindas.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, seja bem-vindo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, gostaria de saudar, através da tribuna desta Casa, o vereador Leandro May e o vereador Wilmar Vandresen de Ituporanga, que estão no plenário desta Casa, acompanhados também do empresário Mário Roeder, participando dos trabalhos legislativos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada pela presença dos senhores.

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. tem o tempo de dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sra. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital AleSC, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, assim como todos os demais servidores públicos que acompanham esta sessão através da TVAL, à exceção daqueles que estão aqui na capital mobilizados, reivindicando os seus direitos, inclusive nesta Assembléia Legislativa na tarde de hoje, organizados pelo Sintespe, no clube

Doze de Agosto estão os servidores do magistério estadual, organizados pelo Sinte, assim como temos outras mobilizações de servidores públicos da saúde acontecendo hoje e amanhã, para reivindicar inclusive os direitos inerentes à mulher trabalhadora e às mulheres em geral. Esta é a luta geral desta semana.

Mas temos muitos assuntos para tratar na área de segurança, da saúde e da educação, assim como muitos documentos a apresentar para justificar a legitimidade, a despesa das demandas dos servidores da segurança, dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Mas a nossa reivindicação permanente é que sejam preenchidas todas as vagas existentes no quadro de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, porque é inadmissível que tenhamos cabos e soldados com mais de 20, 25, 26 ou 27 anos de serviço, sem promoção, sem nenhuma promoção, enquanto as vagas de terceiro sargento e de cabos estão sobrando tanto na Polícia Militar, quanto no Corpo de Bombeiros.

A nossa reivindicação ao governo, ao secretário Ronaldo Benedet, aos comandantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros e a toda estrutura do comando é que revejam esta questão, porque o concurso público para as 700 vagas de soldado não podem engessar, congelar o plano de carreira. Todos os senhores sabem da justiça dessa demanda e da sua importância para mobilizar as instituições de segurança, no sentido de que haja, efetivamente, uma expectativa de mobilidade e de ascensão na graduação dos praças em todo o estado, tanto na polícia, quanto nos bombeiros.

Não obstante a todas as reivindicações que temos que fazer desta tribuna, srs. deputados, não poderíamos deixar de falar sobre a principal discussão nacional e latino-americana dos últimos dias. Cada vez que acompanho o que se diz no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, e o que diz a imprensa, através dos meios de comunicação do Brasil, não dá para me calar! Seria covardia da minha parte permanecer calado, conhecendo a verdade e sabendo que o que se divulga não corresponde à verdade.

E, aqui, eu não cito nenhum partido, nenhum parlamentar em particular, inclusive, porque um senador do PDT falou coisa que não corresponde à verdade e sou obrigado a manifestar uma posição contrária nesta tribuna. Não é possível que não consigamos perceber a realidade. Não é possível que a informação produzida pela CNN e encaminhada direto para o mundo inteiro seja reproduzida em nosso país e que a sociedade inteira seja obrigada a ouvir, e, se quiser, se conseguir, deixar por isso mesmo. Não é possível que deputados estaduais de Santa Catarina, daí a minha responsabilidade de deputado estadual, acreditem na versão ou em algum factóide fabricado através do governo colombiano Álvaro Uribe e da agência dos informantes da CIA, que estão na Colômbia, informando a CNN para repassar essas informações para o mundo inteiro.

Srs. deputados, de onde tiraram a idéia absurda de que as Farc estaria no Equador para buscar urânio para produzir armas nucleares? Qual cabeça obtusa não perceberia que não existe condição tecnológica de produzir uma arma nuclear no meio da selva, na Colômbia? Se algum governo da América Latina tentasse fazer uma arma nuclear, os radares do mundo inteiro, principalmente, os dos Estados Unidos, descobririam isso no primeiro movimento, no primeiro gesto. Como as Farc, uma guerrilha, no meio da selva, iria construir uma bomba atômica?

Então, isso é falsear a verdade, é esconder o fato de que aqueles militantes da insurgência colombiana estavam no Equador para cumprir uma missão humanitária, que o mundo inteiro estava aplaudindo. Trata-se da libertação dos prisioneiros de guerra que estavam e alguns ainda estão na selva colombiana.

Nós acompanhamos, nos últimos dias de dezembro do ano passado, a tentativa de negociação do governo da Venezuela com o governo da Colômbia e a Cruz Vermelha internacional. O governo da Colômbia reforçou militarmente a área para inviabilizar a operação. E cerca de duas semanas depois, de forma clandestina, teve que sair fugindo do governo da Colômbia para conseguir resgatar aquelas duas parlamentares. E o governo da Colômbia só soube quando estava em Caracas.

Todos nós acompanhamos que no dia 27 de fevereiro quatro parlamentares foram libertados e o governo da Colômbia descobriu quando estava em Caracas, porque se descobrisse antes, ele jogava bomba. E Raúl Reyes, um herói latino-americano, estava no Equador. E nos próximos dias, talvez até hoje, já tivesse liberado Ingrid Betancourt, ex-candidata a presidente da Colômbia. Era essa a missão que eles estavam fazendo lá e o governo genocida de Álvaro Uribe jogou bomba, mas estavam desarmados, numa ação humanitária.

O Equador e a Venezuela, assim como o Brasil e todos os países da América Latina, têm todo o direito de mobilizar as suas tropas e de colocá-las em qualquer parte do seu território para defender a sua soberania. Se nós não entendermos coisas como essa, se um deputado ou um senador não entender uma coisa tão simples como essa, vai entender o quê? Agora querem inocular o Uribe e colocar a culpa nos outros, falando em arma nuclear! Vai distorcer os fatos assim em outro lugar! Não é possível que nós não tenhamos a capacidade de denunciar esse embuste!

Quero concluir e lamentar por ter voltado a esses fatos, porque me sentiria um covarde se não falasse disso. Quero parabenizar a postura dos governos latino-americanos, que estão dizendo para o Uribe que ele tem que pedir desculpas, incluindo para o governo Lula; quero parabenizar a postura do presidente do Equador, que está procurando os presidentes vizinhos para dizer que não quer guerra, para dizer que quer a paz e que quer a soberania do Equador.

É preciso que os presidentes deste continente não se deixem levar - e já falei desta tribuna no final do ano passado - pois os Estados Unidos, através do seu fantoche na América Latina e o principal deles é o Álvaro Uribe, quer fazer uma guerra na América Latina. Eles querem provocar uma guerra na América Latina e estão usando o governo da Colômbia, que é fantoche do Bush. Ele, sim, o Uribe, é ligado ao narcotráfico, ele pessoalmente tem um avião que comprou da família de Pablo Escobar. Por que nós não divulgamos isso no Brasil? E quando a imprensa questionou, disse que era uma dívida que tinha com ele. Que dívida a família de Pablo Escobar poderia ter com o presidente da Colômbia? O narcopresidente Álvaro Uribe, esta é a verdade, está invertendo toda a história!

Então, quero dar as boas-vindas ao presidente Rafael Correa e parabenizar os presidentes da nossa América que se estão posicionando contra toda a forma de gerência sob o comando dos Estados Unidos em todos os países da nossa América. Fora Uribe! Fora imperialismo da América Latina!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero pedir um apoio especial a todos os pares desta Casa, porque o estado de Santa Catarina tem um laboratório de análise genética em Lages, único em Santa Catarina, que funciona em parceria com a nossa Udesc. E estou apresentando um projeto a esta Casa para dar preferência aos processos de identificação de paternidade, visto que inúmeras mães e crianças recém-nascidas ficam, muitas vezes, na dependência da pensão judicial, amarradas a esses processos de investigação de paternidade.

Estou encaminhando este projeto, para o qual gostaria de pedir o apoio do deputado Elizeu Mattos e dos demais parlamentares desta Casa, para agilizar a sua tramitação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, deputado Flávio Ragagnin, v.exa. que veio compor conosco a responsabilidade e a missão de fazer as leis de Santa Catarina, para melhorar a condição de vida da nossa gente, como frisou ontem em seu discurso inaugural nesta Casa, seja bem-vindo. Tenho certeza de que todos o receberão de braços abertos, independente de sigla partidária, porque a nossa missão é muito maior do que as disputas internas.

Srs. deputados, abordarei três assuntos. O primeiro é um convite que quero fazer para todos comparecerem a uma festa que já virou tradição no estado de Santa Catarina. Trata-se da festa Pirão com Lingüiça que acontece em Tijucas. Todos os anos é uma novidade maravilhosa. Além da boa gastronomia, há vários tipos de apresentações artísticas e culturais. É uma tradição da população e vale à pena conferir. Eu, particularmente, tenho ido a todas. Este ano ainda não fui, mas quero ir até porque ela começou como uma festa familiar, mas com o empenho de diversos membros da comunidade foi crescendo em tamanho e em organização e hoje já faz parte do calendário turístico e cultural do estado de Santa Catarina.

Essa festa começou no dia 15 de fevereiro e vai até o dia 16 de março. Quem ainda não foi, deputada Ada De Luca, esta é uma boa oportunidade de conhecer e quem já conhece é uma boa oportunidade de retornar para prestigiar a festa Pirão com Lingüiça que, além de ter uma excelente gastronomia também tem excelentes tradições artísticas e culturais.

Em segundo lugar, desejo comunicar aos srs. deputados que amanhã teremos uma audiência pública no Tribunal de Justiça, coordenada pelas deputadas Ada De Luca, Odete de Jesus e por esta deputada, com todos os movimentos de mulheres urbanas e rurais que já estão aqui em Florianópolis, para participarem do encontro do Movimento de Mulheres Rurais.

Hoje elas estão presentes no Hemosc e no Cepon. Fizeram vigília também no INSS para garantir a aposentadoria das mulheres donas de casa. E hoje aqui nesta Casa, neste momento, está acontecendo a assembleia dos servidores públicos estaduais, no auditório Antonieta de Barros. E também está acontecendo a assembleia geral do Sinte aqui em Florianópolis.

Vejo aqui diversos funcionários públicos pedindo a regulamentação da Lei n. 254, aprovada nesta Casa, sancionada pelo governador. Só que precisamos regulamentar não só esta lei, como também outras que já foram aprovadas nesta Casa. Nós nunca vamos nos calar diante dessas solicitações dos servidores, tanto da área da polícia civil, militar e do corpo de bombeiros, quanto dos profissionais da saúde e da educação que fazem um excelente trabalho no estado de Santa Catarina.

Pedimos mais uma vez ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal, que faça um esforço e marque uma audiência com o governador do estado para atender o movimento de mulheres urbanas e rurais que estão desde ontem na capital do estado de Santa Catarina, vindas do norte, do oeste, do sul do estado para entregar uma pauta de reivindicações. Deputado Flávio Ragagnin, essas mulheres são incansáveis! Todos os anos elas vêm nesta data que é tão importante para nós. Não que o dia 8 de março seja uma data festiva, mas, sim uma data de reflexão e de lutas. E o que essas mulheres, principalmente as rurais, vêm solicitando ao governador do estado, é que possam ser recebidas para entregar a carta de reivindicações, que nada mais é, srs. deputados, do que reivindicação de trabalho e renda, de moradia, do direito à educação, à tarifa social, a um melhor preço da energia, da infra-estrutura para desenvolver a campanha de produção de alimentação saudável, a questão da saúde pública, a questão da implementação aprovada aqui, colocada no orçamento, da Lei Maria da Penha.

É isso que as mulheres querem! E as mulheres rurais vêm fazer um pedido ainda mais forte: que não haja evasão do campo, como v.exa. falou ontem, deputado Flávio Ragagnin. Que o nosso jovem, que a nossa mulher do campo não saia das cidades do interior e venha para as cidades grandes. Para quê? Para pedir emprego, para ficar sem emprego e deixar de plantar lá no interior. É isso que as mulheres agricultoras, camponesas vêm pedir ao governador do estado. Nada mais do que isso! Por isso que elas querem ser recebidas! Porque eu acho que é uma falta de respeito quando batemos na porta de alguém e essa porta não é aberta.

Então, eu peço aos srs. deputados da base governista, principalmente ao deputado Herneus de Nadal, líder do governo, que intercedam e peçam ao governador do estado para que ele receba essas mulheres. O governador, porque a equipe técnica já as recebeu no ano passado e nada foi encaminhado. Elas querem ser recebidas pelo mandatário deste estado. E muitas delas, com certeza, fizeram campanha e votaram no governador do estado.

Acho que é um carinho que ele pode dar a essas mulheres, nesta semana em que comemoramos o dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, que é um dia de luta, um dia de reflexões.

Também, no dia de ontem, sras. deputadas e srs. deputados, terça-feira, eu, juntamente com o deputado Reno Caramori, da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano - eu peço à assessoria que exiba algumas fotos -, estive participando de uma reunião que trata a questão da ponte que liga o município de Itajaí com o município de Navegantes e que corta o rio Itajaí-Açu. Lá está acontecendo uma série de transtornos e a população tem reclamado muito, principalmente, do tráfego desses veículos que ficam muito tempo esperando. Por isso fomos lá fazer essa reunião para dar uma solução para essa problemática que vem sendo solicitada por diversos transeuntes, usuários e também os municípios das cidades de Navegantes e de Itajaí.

Mas o que nós verificamos, sra. deputada e srs. deputados, nessa reunião onde estiveram presentes lideranças do município de Itajaí e de Navegantes - além do deputado Reno Camarori, o DNIT, através do sr. João José, através dos engenheiros do DNIT; a empresa e os engenheiros que ganharam a licitação dessa obra, como também diversos empresários -, é que está sendo feito um trabalho artesanal para recuperação dessa ponte. Esse transtorno, realmente, causa certo desconforto, mas é necessário.

Nós temos que verificar aqui, como v.exas. estão vendo nessas fotos, que é um trabalho que não podia deixar de ser feito porque havia uma solicitação, inclusive, deputado Kennedy Nunes, de vários parlamentares desta Casa, porque a ponte estava a ponto de ser interdita.

O que os operários estão fazendo é um trabalho exemplar, e eu pude comprovar isso porque fui verifiquei *in loco*.

Mas vocês podem observar também que o trânsito às vezes fica lento pela distância de um carro e de outro e isso causa também um transtorno muito grande, por isso a fila aumenta e as pessoas reclamam.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu já lhe concederei um aparte, deputado Flávio Ragagnin.

Mas o que ficou fixado é que a empresa ganhadora dessa licitação irá colocar mais trabalhadores nessa obra. Hoje, há 40 trabalhadores lá e vai aumentar para 50. Eles começarão a trabalhar às 7h e irão até as 24h. E também a Polícia Rodoviária Federal irá fazer uma sinalização melhor, agilizando assim o tráfego.

Eu também pude observar e verificar que num período com tantos carros passando por ali, por alguns minutos, que a maioria dos que estão transitando na BR-101 são caminhões que levam a nossa produção. Isso é sinal também de que o nosso país está crescendo, que o nosso país está exportando, que os nossos produtores e agricultores estão participando dessa grandiosa obra, que é a melhoria da qualidade de vida, que é o Brasil e o estado de Santa Catarina crescendo.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu lamento, deputado Flávio Ragagnin, que o meu tempo tenha-se esgotado, mas eu lhe concedo um aparte de dez segundos, não sei se é suficiente.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - Eu só queria cumprimentá-la e fazer coro com a sua colocação com relação às mulheres agricultoras, porque quando comentei ontem do êxodo rural não é só a jovem, mas a mulher, a moça jovem da agricultura lá do interior, que eu conheço muito bem, que muitas vezes quer ir embora de lá porque tem vergonha de ver a mãe dela arqueada, com as mãos calejadas, sofridas, com a pele feia. Isso se chama qualidade de vida. E eu quero repetir aqui o que eu falei ontem: é preciso e é necessário dar qualidade de vida à mulher agricultora, ao pequeno agricultor, à pequena propriedade rural.

Por isso faço coro com a sua colocação.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada e por isso, sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, que o governador tem que receber essas grandiosas mulheres, porque são elas que geram a vida no estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o eminente deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente deputado Dagomar Carneiro, sras. deputadas, srs. deputados, eu queria apresentar a v.exas. uma proposta que encaminhei às comissões desta Casa, indicando a primeira semana de agosto como a semana do combate ao câncer de próstata.

Certamente 20% dos homens são acometidos durante a vida pelo câncer de próstata, que é uma das doenças, é um dos cânceres em que, graças a Deus, graças à ciência e ao empenho de muita gente, quando diagnosticado bem no começo, é possível a cura completa. Mas isso depende do empenho de muita gente. Depende, primeiro, do governo e, segundo, de uma grande colaboração da sociedade.

O deputado federal Clodovil Hernandes apresentou até uma proposta para que o exame clínico, o exame de avaliação para câncer de próstata seja um exame compulsório, um exame obrigatório para ser realizado na ocasião da admissão ao trabalho.

Eu não diria tanto, até porque ontem foi dito, neste plenário, que está difícil para conseguir fazer uma carteira de trabalho, que é um direito constitucional do trabalhador, imaginem se começarmos a colocar mais alguma obrigatoriedade dentro desse processo.

De qualquer maneira, o meu projeto visa instituir a primeira semana de agosto como a semana oficial de combate ao câncer de próstata, sendo que nessa semana aconteceriam várias palestras em cada cidade de Santa Catarina onde temos médicos urologistas. E a secretaria da Saúde poderia coordenar diversas ações que acontecem nos postos de saúde, através de jornais, da imprensa, da televisão, do rádio, quer dizer, a sociedade inteira naquela semana mobilizar-se-ia para chamar a atenção sobre a importância do diagnóstico do câncer de próstata.

Se nós deixarmos para fazer o diagnóstico quando tivermos 75, 80 anos, o tratamento geralmente nessa idade será apenas paliativo, às vezes até o paciente tem uma grande resposta, mas ele não se curará completamente. Agora, se nós fizermos o diagnóstico com 55, 60 anos, as chances de cura serão muito grandes. O PSA, por exemplo, um exame feito rotineiramente - todos os laboratórios de Santa Catarina já fazem isso -, só tem valor quando temos um parâmetro. Geralmente o PSA abaixo de quatro significa simplesmente doença benigna, significa adenoma, mas se por acaso alguém tem um PSA de 0,5, por exemplo, e de repente, de um ano para o outro, pula para três, chama a atenção porque mesmo estando com o PSA menor do que quatro, esse aumento progressivo pode significar um início do câncer de próstata localizado. Então, se fizermos esse diagnóstico precocemente teremos condições de tratá-lo e curá-lo completamente.

Certamente muitas mulheres que acompanham esta sessão sabem, e nós somos testemunhas disso, que 30, 40 anos atrás centenas de mulheres morriam, entre 30 e 50 anos, de câncer de colo de útero. Por isso foi instituído, através da Rede Feminina de Combate ao Câncer, o exame preventivo Papanicolau, que hoje é realizado através das Redes Femininas de Combate ao Câncer. A maioria dos postos de saúde também realiza esse exame. Quer dizer, morre hoje de câncer de colo de útero a mulher displicente, a mulher que acha que doença ruim dá nas outras.

Eu acredito que se fizermos isso também com o câncer de próstata, se começarmos primeiro instituindo a semana de combate ao câncer de próstata, criaremos essa consciência e tiraremos um pouco do pudor, do receio que o homem tem de ir ao médico para fazer uma avaliação geral incluindo, inclusive, o exame de próstata.

E aqui as mulheres têm um papel muito importante. Como médico urologista, eu observo que geralmente o paciente que vai ao consultório já chega lá botando a culpa na mulher: "Olha, eu vim porque a minha mulher pediu para que eu viesse". E muitas vezes a mulher vem com o marido a tiracolo: "Eu vim com o meu marido para fazer uma avaliação, um diagnóstico precoce do câncer de próstata". Neste sentido, as mulheres estão de parabéns.

Atendendo, então, a esse clamor que eu vejo que existe na sociedade, dei entrada a esse projeto que já está tramitando nesta Casa e para o qual peço o apoio dos nobres pares, dando agilidade no seu encaminhamento, para já termos instituído neste ano, no mês de agosto, a semana de combate ao câncer de próstata.

Eu queria, rapidamente, ainda, se o tempo me permitir, levantar uma pequena questão também muito importante para toda a sociedade. Seguramente o setor bancário foi o setor que mais teve lucro no ano passado. Se somarmos o lucro de todos os bancos, passa de R\$ 40 bilhões. É um volume de dinheiro que temos dificuldade de imaginar se formos contar em notas de R\$ 100,00. O Banco Itaú, o HSBC, o Banco do Brasil são todos bancos que tiram um lucro na faixa dos R\$ 8 bilhões a R\$ 12 bilhões/ano. Até mesmo o Besc, que nunca deu lucro, agora também está dando lucro, porque o banco é o lugar por onde passa o dinheiro de todos nós; aquele dinheiro que recebemos de alguma forma passa pelo banco. E muito daquele dinheiro que nos chega também acabamos levando ao banco para colocar na poupança ou para fazer algum investimento ou, ainda, para pagar alguém através do banco. Ou seja, o dinheiro de todos nós acaba circulando pelo banco. Por isso o grande lucro deles.

E se nós formos ver a fila do SUS, deputado Kennedy Nunes, dá para entender o motivo dessa fila. É porque se paga pouco, porque há muita gente doente, porque o médico ou o hospital recebem muito pouco pelo procedimento, enfim, há uma porção de explicações sobre o motivo dessa fila no SUS. Mas aí nós questionamos: por que será que há fila no banco? No HSBC, no Banco do Brasil, no Besc, na Caixa Econômica, enfim, em todos os bancos existem filas quilométricas. Aquela história de que alguém deve ficar no máximo 15 minutos na fila do banco é balela! Fica-se lá meia hora, 45 minutos para conseguir ser atendido.

E há mais um detalhe, srs. deputados: hoje, qualquer loja, qualquer estabelecimento comercial é obrigado a ter um banheiro, água fresca para se tomar, deputado Edson Piriquito. Mas na maioria dos bancos que eu conheço eu vejo que não há água fresca disponível para todo mundo, não há banheiros nos bancos, mas há fila quilométrica. Quem sabe nós apresentamos alguma exigência para o setor bancário!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de anunciar a presença, nesta Casa, do vereador de Porto União, sr. Sandro Calikoski, que muito nos honra com a sua visita. Sinta-se à vontade nesta Casa e continue fazendo o trabalho maravilhoso que faz no município de Porto União.

Parabéns, vereador!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Desejamos boas-vindas ao Parlamento catarinense, vereador Sandro Calikoski.

Com a palavra o último orador inscrito, sr. deputado Kennedy Nunes, representante da região de Joinville, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha aqui pela TVAL, pela Rádio Digital, catarinenses e colegas da imprensa, a atenção hoje do Brasil está direcionada a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que será tomada daqui a pouco tempo por uma ação de inconstitucionalidade, com relação à lei, deputado Edson Piriquito, que trata sobre a possibilidade ou não de se mexer com o pré-embrião para a pesquisa científica.

O deputado Professor Grando assomou ontem à tribuna para dar a sua explicação como físico. É claro que esse assunto não é pertinente a nós, deputados estaduais, mas em virtude de o assunto estar sendo divulgado pelo rádio, deputado Elizeu Mattos, pela televisão, pelos jornais, ou seja, pela grande mídia, eu entendo que temos que discutir nesta Casa esse assunto que é muito importante para todos nós.

E eu venho aqui como um deputado representante não só da região norte de Santa Catarina como também um deputado que tem a sua fé, deputada Ada De Luca, a sua consciência cristã, religiosa. Eu sou membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus desde a minha infância, como também a minha família, e penso que nós devemos discutir isso sem paixões, seja a favor ou contra.

Mas hoje eu estava ouvindo falar, vindo para cá, o Mário Mota, na rádio CBN e ele entrevistou um professor que me fez pensar numa coisa: a lei da morte está especificada, hoje, no Brasil. Nós temos a lei da morte, deputado Reno Caramori.

O que diz a lei da morte? Que a partir do momento em que for decretada a morte cerebral do paciente, do indivíduo, a família pode fazer a doação dos órgãos. Se a partir do momento em que a morte cerebral é constatada a família pode fazer a doação dos órgãos, subtende-se que a vida depende do que? Do cérebro. Então, se se pode tirar os órgãos do indivíduo quando ele morre, a vida depende do cérebro.

Quando se fala na possibilidade de pesquisas científicas com pré-embriões de até 50 células, é bom especificar, desmistificar e falar em uma linguagem popular. Por exemplo, quando o marido ou a mulher não podem ter filhos e procuram a ajuda de um médico que faz inseminação artificial, ele coleta um número de embriões e pré-embriões além do necessário, porque caso no processo seja perdido algum, haverá mais para utilizar. Esses embriões, que estão lá *in vitro*, congelados, se não forem utilizados, irão para o lixo, e é exatamente isso o que a ciência não quer, que os cientistas não querem. Ao invés de ir para o lixo, permitem, então, os avanços da medicina. E na Bíblia está escrito que a ciência teria progresso, avançaria. Então, o que os cientistas estão fazendo é permitir que ao invés desse embrião, que está lá na clínica de fertilização, ir para o lixo, que seja usado para a pesquisa da cura de uma série de doenças.

Mas, deputado Professor Grando, eu estou aqui falando e não entendo absolutamente nada. Ouvi uma entrevista que me fez pensar, e é por isso que venho hoje aqui.

Esse pré-embrião de até 50 células só vai ter consciência ou cérebro se ele estiver em vida intra-uterina. Parece, inclusive, que após a 12ª semana é que começa a formação do cérebro. Portanto, se a morte depende do cérebro, a vida também dependeria do cérebro. Nessa linha de raciocínio, o pré-embrião não é vida porque precisa do útero para passar 12 semanas, quando começa a formação do cérebro.

Veja bem, eu estou falando isso em função de uma entrevista que me fez pensar, deputado Elizeu Mattos, porque quando se pensa em manipulação de pré-embriões, pensa-se que o homem está querendo virar Deus e que só Deus... A partir de quando há vida?

Mas hoje, ouvindo essa explicação na entrevista, fica claro a partir de quando e onde o pré-embrião - não estamos falando de embrião, estamos falando de pré-embrião - teria vida. Porque a nossa legislação decreta a morte cerebral como o fim da vida. Assim, se é o cérebro que comanda, o pré-embrião, então, não teria vida, seria simplesmente um conjunto de até 50 células.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Abro espaço para v.exa. até porque é um especialista da área e eu estou falando de metido.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. está falando com perfeição, e eu quero complementar porque isso tudo surgiu na Lei de Biosegurança, aprovada por 96% dos senadores e 85% dos deputados federais; mas depois a Procuradoria-Geral da República entrou com uma arguição de inconstitucionalidade e já lá se vão três anos de atraso para o Brasil.

Então, quero apenas ressaltar um dado fundamental. A união do espermatozóide com o óvulo fora do útero cria um embrião *in vitro*. E a Lei da Biosegurança preceitua que depois de três anos esses embriões fecundados *in vitro* poderão ser utilizados pela ciência. Há embriões que estão guardados congelados há 18 anos e que são jogados no lixo, mas assim mesmo com o consentimento do casal, porque essa é uma técnica utilizada para a vida, para gerar vida para aqueles que não podem conceber naturalmente.

E só para complementar, esses embriões tiveram um período de fertilização, espermatozóide com óvulo, de três a quatro dias. Somente de três a quatro dias! Mesmo que digam que o cérebro só se forma após três meses, nós também sabemos que as células neuro-musculares, que ajudam a formar os neurônios, só se formam depois do 14º dia. Se alguém quiser questionar na raiz a formação das células nervosas, que vão formar o nosso cérebro, tudo é após o 14º dia. Portanto, realmente não, antes disso não estaria ainda caracterizada a vida. Isso é ciência.

Na questão religiosa, todos têm o direito de pensar, mesmo que equivocadamente, diferente, mas nós não podemos atrasar a ciência, pois milhares de pessoas desejam a busca da cura de diversos males através do avanço da ciência, como ocorreu com a insulina, como ocorreu com as vacinas e com tantos outros avanços da medicina, avanços que prolongaram a vida do ser humano.

E este é o objetivo, está escrito na Bíblia, a valorização da vida!

Obrigado pela sua explanação.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Kennedy Nunes, queria cumprimentar v.exa. por abordar esse assunto, visando justamente ajudar a explicar à sociedade que a análise do genoma, essa legislação que hoje é julgada no Supremo Tribunal Federal, não tem nada a ver com o aborto, muito pelo contrário, nós queremos entender melhor, através desses projetos, como é constituída a vida, como ela age, como ela interage, como se multiplica, justamente para poder interagir com ela e dar uma qualidade vida melhor para as pessoas. Muito diferente do que afirmam alguns, aproveitando a ocasião, dizendo que essa é uma forma de instituir o aborto.

De forma que eu queria cumprimentar v.exa. e ainda concluir com o livro Gênesis, da Bíblia, que diz: "crescei, multiplicai-vos e dominai a Terra, dominai a ciência, dominai tudo aquilo que existe pelo bem de todos".

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Eu vejo que nós, parlamentares, e principalmente os magistrados todos temos a nossa fé religiosa, mas não podemos misturar as coisas, não podemos misturar alhos com bugalhos. E eu entendi, deputado Professor Grando, perfeitamente essa questão. Se eu tinha alguma dúvida ou deixava a minha crença religiosa afetar a minha compreensão da questão, essa entrevista e um pouco do seu comentário deixaram claro para mim que na verdade o que o Brasil está fazendo é não permitir que doenças graves que afetam muitas pessoas possam estar sendo combatidas com essas pesquisas e com o resultado delas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Inscrito o deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores públicos, professores, professoras, movimento das mulheres camponesas e da juventude catarinense encontram-se na capital no dia de hoje para mobilizações durante esta semana visando melhores condições de vida, de saúde, de educação, e a implementação de políticas sociais. Por isso estão solicitando ao governador do estado que os receba da mesma forma como recebe setores empresariais.

Srs. deputados, há uma dificuldade muito grande de que o governador receba setores populares para contar-lhe, para dizer-lhe como estão as políticas sociais no estado. Não sei se o governador não quer saber ou se os assessores não querem que ele saiba o que está sendo feito como política social no estado. Gasta-se menos na assistência social do que em diárias com os ocupantes de cargos de confiança do estado.

Então, o governador precisa saber disso! Na verdade, o movimento das mulheres quer ajudar o governador a governar melhor Santa Catarina para quem mais precisa. Assim, é importante que o líder do governo e a bancada governista aqui desta Casa ajudem a agendar essa audiência, no dia de hoje ou no dia de amanhã.

Mas eu queria falar sobre a reforma tributária que está em pauta no Congresso Nacional, reforma esta que já foi tentada anteriormente, mas as condições do Brasil eram outras, ou seja, não havia confiança na economia brasileira, a inflação era alta, os juros eram altos e o superávit instável. Hoje, nós vivemos outra realidade, um bom momento. Hoje, vivemos um momento que é propício para a reforma tributária.

Para exemplificar, outro dia a imprensa nacional anunciou que o investidor Warren Buffett apostou no real nos últimos seis anos e que lucrou R\$ 4 bilhões comprando a moeda brasileira.

Diz a matéria:

'Só tínhamos uma posição cambial em 2007. Ela era - segurem a respiração - em reais brasileiros. Até bem pouco tempo, trocar dólares por reais era impensável. Cinco versões da moeda brasileira viraram confete no século passado, mas de 2002 para cá o real subiu e o dólar caiu todos os anos.'

Está em curso um processo de crescimento sustentável, ou seja, um novo ciclo de desenvolvimento, voltado para a aceleração do crescimento e para a inclusão social, para a redução das desigualdades e a distribuição de renda.

As condições estão dadas. Todos os setores se dizem favoráveis e sentem a necessidade de uma reforma tributária no Brasil. É preciso aproveitar essa boa vontade coletiva, sabendo que não é uma equação fácil: os governos, os estados, a união e os municípios desejam mais recursos para atender as demandas da sociedade; os setores empresariais desejam recolher menos tributos para melhorar a competitividade dos seus produtos e a sociedade quer pagar menos impostos. Como resolver essa equação?

Penso que, num primeiro momento, a reforma tributária deve garantir que ninguém ganhe e ninguém perca, um período de ajustes, preparando um segundo momento de redução dos impostos e maior repasse aos estados e municípios, quando todos sairão ganhando.

Só a desburocratização e a simplificação dos impostos reduzirão as estruturas contábeis e jurídicas das empresas, diminuindo, conseqüentemente, o chamado custo Brasil. Todos ganham.

É preciso fortalecer o Confaz, para que ele readquirira a mesma força que tinha antes da Constituição de 88, pois os estados com maior autonomia caíram numa forte guerra fiscal. Num primeiro momento até houve uma pulverização dos investimentos, mas agora os grandes centros entraram na guerra fiscal: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e em breve ninguém mais poderá concorrer com eles.

Em função da guerra fiscal, no último ano, os estados brasileiros perderam mais de R\$ 30 bilhões de renúncia fiscal. Santa Catarina teve mais de R\$ 15 bilhões nos últimos dez anos de 'sacrifício financeiro', segundo o Tribunal de Contas do Estado. O mesmo Tribunal de Contas do Estado, em seu relatório prévio de 2006, está dando um alerta: 'É preciso cautela na concessão de benefícios fiscais', até porque o estado de Santa Catarina não está respeitando a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que deveria compensar a isenção dada com novas alíquotas ou impostos, mas diz que vai fazer 'esforço fiscal', o que acaba não acontecendo.

E há um agravante: o estado está legislando sobre a política tributária dos municípios ao conceder benefícios até da parte dos municípios. Tanto que Luiz Henrique, quando prefeito de Joinville, entrou com uma ação contra o Prodec porque entendia que o estado estava tirando recursos dos municípios. Mas agora, como governador, não acabou com isso, ao contrário, ampliou. Essas são

contradições que precisam ser resolvidas e a reforma tributária é o grande passo, o grande momento para resolvê-las.

O governo federal está propondo que o que foi concedido, foi concedido e que o melhor é começar do marco zero. Assim, propõe a reforma tributária sobre seis eixos principais:

- . Simplificação e desburocratização do sistema tributário;

- . Aumento da formalidade, os que hoje pagam impostos pagarão menos e aqueles que não cumprem suas obrigações tributárias passarão a contribuir;

- . Eliminação das distorções da estrutura tributária;

- . Eliminação da guerra fiscal;

- . Avanço importante na política de desoneração, reduzindo o custo tributário para as empresas formais;

- . Aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional.

Esse assunto da reforma tributária precisa virar pauta da sociedade. A reforma tributária deve ser debatida em todo o país. Aqui na Assembléia Legislativa nós podemos promover debates e audiências públicas, colaborar com propostas e análises para o Congresso Nacional e para aperfeiçoar esse tema e todos saírem ganhando.

Esse é um assunto importante para a Assembléia Legislativa desenvolver e ajudar o Congresso Nacional."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje é sobre os fruticultores do planalto norte catarinense.

No dia 10 de fevereiro, a manifestação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Castelo foi muito interessante, e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O governo federal gasta milhões de reais com diárias por meio de cartões corporativos. O governo de Santa Catarina não deixa por menos: em 2007, gastou R\$ 28,5 milhões, o equivalente a R\$ 2,4 milhões por mês, segundo o jornal *A Notícia*. Enquanto isso, fruticultores dos 13 municípios do planalto norte catarinense aguardam a promessa do governador para resolver o problema de classificação, embalagem e comercialização de quatro mil toneladas de frutas. O projeto de fruticultura foi escolhido como prioritário no projeto Meu Lugar, a menina-dos-olhos de Luiz Henrique em seu primeiro mandato."

Quem está-se manifestando é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Castelo. E ele continua:

"Em 2006, em sua primeira visita a Monte Castelo, o governador prometeu que em janeiro de 2007 estaria no município para discutir o projeto. Infelizmente, parece que se tratava apenas de promessa de político."

Mas nem tudo está perdido. O homem do campo é muito esperançoso e ainda acredita na promessa do governador. Não é difícil resolver o problema dos fruticultores dos 13 municípios do planalto norte catarinense. Basta apenas destinar o valor de um mês de gastos com diárias do governo de Santa Catarina."

Srs. deputados, essa cooperativa de fruticultores do planalto norte catarinense está envolvendo os prefeitos, os vereadores, os presidentes das entidades de classe, das associações empresariais, dos sindicatos e os fruticultores que estão produzindo e que têm uma dificuldade enorme.

Deputado Reno Caramori e deputado Flávio Ragagnin, que está chegando à Assembléia, v.exas. conhecem muito bem a agricultura, sabem que o planalto norte perdeu a sua principal atividade econômica e que a fruticultura é uma das atividades que poderá resgatar, pelo menos em parte, a nossa juventude, fazendo com que ela permaneça lá na atividade agrícola. Infelizmente, essa cooperativa não tem dinheiro para adquirir uma câmara fria e uma classificadora. A maçã que é produzida hoje vai até Fraiburgo, elevando o custo ao produtor e tirando a competitividade.

O presidente do sindicato sugere que o governo economize algumas diárias e repasse recursos para essa cooperativa. Vou um pouco mais longe, srs. deputados, e digo ao governo do estado que, uma vez que fez a doação de R\$ 500 mil a Vera Fischer para fazer um filme lá no Rio de Janeiro, o nosso agricultor merece muito mais do que ela, com todo respeito: o nosso fruticultor, deputado Elizeu Mattos, merece muito mais! V.Exa. sabe muito bem que priorizar é saber destinar os recursos!

Deputado José Natal, v.exa., que é um homem do meio produtor, pode nos ajudar na região. Deputado Antônio Aguiar, tenho certeza de que v.exa. estará imbuído nesse projeto. Vamos sensibilizar o governador porque, priorizando investimentos, nós certamente estaremos dando oportunidade para a geração de riquezas e de empregos.

Com a implantação da Aurora em Canoinhas, com as futuras instalações da Sadia, e agora se incrementarmos a fruticultura no planalto norte catarinense, estaremos dando um salto para a região norte catarinense. Há muito tempo nós temos pleiteado isso, assim como todas as lideranças empresariais e sindicais, e certamente que estaremos contribuindo para o planalto norte catarinense.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Acho de grande responsabilidade a sua colocação. E também estamos imbuídos no sentido de que esse projeto seja resolvido pelo governo do estado, uma vez que faz jus à região. É um projeto com o qual os agricultores serão os grandes beneficiados - e não aqueles grandes agricultores, mas aquele que plantou a sua fruta e acreditou na maçã, principalmente, na maçã gala, que é de origem de Monte Castelo.

Acho que esse é um grande projeto - e digo grande porque não é um projeto de R\$ 500 mil, e nem devemos confundir Vera Fischer com agricultura, deputado. E sabemos que o projeto da agricultura é muito importante para a nossa região, principalmente para Monte Castelo, um município que tem um baixo Índice de Desenvolvimento Humano e precisa de mais empregos.

Ontem, quando estive em nosso gabinete o prefeito de Monte Castelo, Sirineu Ratochinski, conversamos sobre o aparelho importante de Raios X que vamos inaugurar naquela cidade.

Mas quero parabenizá-lo, deputado Silvío Dreveck, por levantar um tema tão importante para a nossa região.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente, para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, quero apenas deixar claro, após o pronunciamento do nobre líder do PP, que se está tratando de cultura e não de Vera Fischer. Um povo sem cultura não tem futuro, deputado Silvio Dreveck. Eu só quero deixar claro, com relação à sua fala, que foi captação de recursos através do Fundo de Cultura e não para a Vera Fischer. Foi, sim, para um projeto de cultura, pois um povo sem cultura não tem futuro!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Gostaria de agradecer a presença destas guerreiras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina, do movimento Pão e Rosa dos municípios de: Criciúma, Laguna e Tubarão. Elas estão aqui na capital catarinense, e hoje visitam o Parlamento catarinense, para lutar por nós, mulheres. E não é só no dia 8 de março que comemoramos o nosso dia, já que todos os dias devem ser de luta!

Parabéns e sejam bem-vindas ao Parlamento catarinense!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas, da região sul do estado, ainda sobre a crise atual na América Latina, gostaria de deixar muito claro que a nossa preocupação é, justamente, com a possibilidade de uma guerra no nosso continente.

Nós entendemos a necessidade de que cada país respeite a autodeterminação de outro, que cada país respeite a política vigente no país vizinho, e que, evidentemente, se o povo da Colômbia elegeu Álvaro Uribe Vélez, ele é o presidente. Mas isso não lhe dá o direito de atacar contra a soberania de outro país. E a nossa grande preocupação - e já falava disso no ano passado aqui - é com a possibilidade da provocação de uma guerra no nosso continente. Com certeza, a América Latina não merece, não deve e não precisa ser o que está sendo o Oriente Médio, hoje, com várias guerras na Palestina, no Iraque e no Afeganistão. Uma guerra, portanto, não interessa a nenhum dos povos da América Latina, e a nossa luta permanente é pela paz e pela autodeterminação dos povos.

Vou falar também sobre a questão do serviço público - e esse assunto está em pauta aqui no nosso estado, com muitas manifestações dos servidores. O Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas - e estavam aqui no plenário recentemente - estão desde ontem na cidade e vão permanecer até amanhã reivindicando as suas condições de trabalho, de vida e de saúde, assim como o direito à alimentação saudável e à soberania alimentar. E, portanto, isso tudo tem a ver com as políticas que são desenvolvidas no território catarinense e no território nacional, muitas vezes privilegiando a monocultura, o agronegócio, a expansão da soja e do pinheirinho americano, do eucalipto, em detrimento do incentivo à pequena agricultura, a agricultura familiar, para que se produzam alimentos de qualidade à população.

Essa é uma tarefa de todos nós, brasileiros e catarinenses, mas as mulheres estão-nos dando esse exemplo ao dizer: "Nós queremos, nós reivindicamos, nós exigimos uma alimentação de qualidade e o direito à saúde". Isso porque, certamente, elas sentem mais de perto essa necessidade todos os dias. Mas essa é uma responsabilidade e uma obrigação de todo cidadão.

É óbvio que todas as reivindicações dos praças estão plenamente vigentes, deputada Ana Paula Lima. E eu falava de algumas delas no meu pronunciamento anterior, mas, inclusive, a Lei n. 254 está por ser negociada. Nós recebemos a metade dela e falta, portanto, negociar o restante. Falta ainda menos da metade e faz mais de dois anos que não negociamos salários com o governador do estado. E estamos desde o começo do ano passado dizendo aqui que tudo que a Aprasc quer, tudo que este parlamentar quer, tudo que os praças querem é uma negociação em torno do cumprimento da parte que falta pagar da Lei n. 254.

Nós estamos tendo agora aqui, no maior auditório da Assembléia, uma reunião dos servidores públicos, boa parte aposentados, que estão discutindo as questões de interesse do serviço público, especificamente o Iprev. Trata-se, talvez, do principal debate desta Assembléia, no primeiro semestre.

Estamos tendo, no Clube Doze de Agosto, uma assembléia imensa dos professores e das professoras estaduais. E, segundo informações, há possibilidade de mais de 90% deliberarem por uma greve no magistério estadual, por não aceitarem a proposta do abono piorado de R\$ 200,00 para a categoria.

Então, essas são reivindicações dos servidores públicos que estão ocorrendo, e somos solidários a esses movimentos. Muitas vezes dizem assim: "Tu te preocupas lá com os praças, fica lá no teu cantinho"! Mas nós conversamos pelo estado inteiro e sabemos que muitos policiais são casados com professoras e com servidoras da saúde, ou vice-versa. Portanto, somos uma classe só: a classe trabalhadora. Assim como a Lei n. 254 é legítima, todas as reivindicações dos servidores públicos também são legítimas, e o governador precisa discutir e conversar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente e srs. deputados, quero registrar a presença, com muita satisfação, da minha mulher, a Gladis Helena, que hoje faz uma visita ao Parlamento catarinense na semana do Dia Internacional da Mulher. Ela, como presidente do Partido PDT Mulher de Brusque, vem realizando um grande trabalho diante das mulheres brusquenses.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vinda, nossa querida amiga Gladis, ao Parlamento catarinense! Quem sabe ela será nossa deputada um dia!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, demais integrantes da mesa, sra. deputada, srs. deputados e amigos que nos acompanham, saúdo, inicialmente, a mulher do deputado Dagomar Carneiro, que nos honra com a sua presença para acompanhar os trabalhos deste Parlamento. Seja bem-vinda!

Quero fazer um pedido a v.exas., que sempre estiveram tão dispostos a atender aos anseios das classes menos favorecidas. Nós chegamos aqui neste Parlamento, sras. deputadas, srs. deputados e sra. presidente, através do voto, e estamos aqui com portavozes daquelas pessoas menos favorecidas, daquelas que não têm voz, daquelas que, muitas vezes, sentem-se constrangidas ao entrar num órgão público. É claro que elas têm o direito de se manifestar, mas essas pessoas nos escolheram para representá-las aqui neste Parlamento - e, por que não dizer, nesta Casa de Leis, deputado Genésio Goulart.

Sabemos que está para acontecer, de um momento para o outro, a greve do Magistério Público Estadual. Agora está acontecendo uma reunião no Clube Doze de Agosto e daqui a pouco eu vou me deslocar para lá. Eu investi na área da educação e sou uma profissional dessa área. Eu não comprei o meu diploma; eu cursei os bancos escolares, fiz um concurso público, fui aprovada e depois lotada, lá em Caçador, no Colégio Estadual Dom Orlando Dotti. E quero dizer a v.exas. que vou brigar no bom sentido, farei um bom debate, um bom combate. E gostaria de pedir para v.exas. me ajudarem neste projeto que hoje, na Ordem do Dia, o presidente colocará em votação: o Projeto de Lei n. 0014/2008, que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar o Programa Casa do Mestre - programa de incentivo à habitação própria dos professores da rede pública estadual de ensino.

Os professores não vão ganhar uma moradia de graça; eles vão pagar com o seu suor. E é direito desses profissionais ter o seu teto, a sua casa. Esse é o sonho de todo cidadão.

Nós sabemos que 70% dos profissionais da área da educação são mulheres donas-de-casa. Então, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher... E penso que o dia da mulher deve ser comemorado todos os dias, porque ela é a rainha do lar. É ela que contribui com a educação dos filhos; é ela que está, muitas vezes, trabalhando fora para ajudar o esposo no orçamento do lar; ela é a grande pesquisadora, e isso já vem de berço, uma vez que a mulher está fazendo a sua pesquisa todos os dias.

Então, gostaria de pedir que v.exas. apreciem com carinho esse nosso projeto de lei, porque tenho certeza de que o governo do estado vai olhá-lo com bons olhos. Estou convicta de que esse projeto será sancionado e que os professores poderão adquirir as suas casas próprias.

Muito obrigada pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputada Ana Paula Lima, nossa presidente, e srs. deputados, falarei de um assunto que, talvez, nem devesse abordar, mas que tem sido motivo de muita polêmica e discussão no Brasil inteiro, uns a favor e outros contra. Trata-se dessa quase iminente guerra que está acontecendo entre Colômbia, Equador e Venezuela.

É uma questão à qual não deveríamos estar nos atendo aqui, uma vez que é em nível federal que se discute. Mas não poderíamos deixar de, pelo menos, expressar a nossa opinião, sem querer polemizar com quem quer que seja, muito menos com companheiros que, conforme sei, têm opinião diferente da nossa.

O fato é que está existindo uma inversão de valores muito grande, principalmente nessa questão envolvendo a Colômbia, a Venezuela e o Equador. Por quê? A Colômbia se debate com essa chamada Farc há algumas décadas. Eles começaram como um grupo revolucionário marxista-leninista; depois se perderam pelo caminho e hoje são bandidos seqüestradores e narcotraficantes que se escondem nessa conversa de revolucionários para seqüestrar, subjugar as pessoas. É só v.ex.as. raciocinarem um pouco: são mais de 700 pessoas seqüestradas, presas na selva, e pessoas essas que estavam transitando, viajando de um lado para outro do país, cuidando das suas vidas, dos seus negócios, mas que foram sacadas do seu meio e levadas para uma selva. E lá as famílias estão sendo extorquidas constantemente.

Esse é um braço das Farc, do dinheiro fácil, através do seqüestro. No Brasil o seqüestro é considerado crime hediondo, o seqüestrador que é pego é julgado e condenado a muitos anos de cadeia. No entanto, as Farc são consideradas pelos vizinhos queridos da Venezuela e do Equador como um grupo revolucionário. Eles seqüestram e mantêm em cárcere privado, não por um ou dois meses, mas por anos seguidos, pessoas normais, chefes de famílias que estão lá, à mercê deles, acorrentados em árvores no meio do mato.

Outro braço das Farc é o narcotráfico. É um dos maiores fornecedores de droga, de cocaína para os Estados Unidos. Aquele que assumiu depois da morte do segundo homem do comando de lá, num depoimento há muitos anos, disse que as Farc atuariam apenas na Colômbia e de lá não sairiam. E, na verdade, hoje estão sediadas uma parte no Equador e outra parte na Venezuela. Por quê? Porque têm guarida desses dois países, têm a simpatia, têm ajuda financeira, principalmente da Venezuela. Essa é a verdade, essas são as Farc.

Então, a Colômbia, que está tentando terminar com a banditagem dentro do seu país, percebe que os bandidos escapam ali cinco ou oito quilômetros para dentro do mato; vão lá e matam. E a América do Sul se volta toda contra ela. Aí, chega o presidente do Equador no Brasil chamando o presidente da Colômbia de canalha. O que é isso? Quem é o canalha realmente? Quem são os presidentes canalhas da América do Sul? Quem são?

Eu não estou aqui para tomar as dores de ninguém, mas acho que no Brasil, por exemplo, quem deveria receber o presidente do Equador era o Fernandinho Beira-Mar, que é o amigo e sócio das Farc! O Fernandinho Beira-Mar deveria pegar um salvo conduto do presídio de segurança máxima para receber o presidente do Equador, seu amigo. Eles são todos farinha do mesmo saco e vêm para o Brasil. Ainda bem que o presidente Lula, que pode ter o defeito que tenha, de bobo não tem nada! Ele tem que assobiar e chupar cana. O presidente Lula está numa posição danada: tem que assobiar e chupar cana. Ele olha para um lado, olha para o outro e vai-se equilibrando. E ele está certo!

Agora, nenhum de nós, em sua consciência, quer ver a nossa América do Sul num conflito armado. Quem quer muito isso é o nosso querido Hugo Chávez. Ele quer! Comprou lá uns 100 mil fuzis, uns aviõezinhos e quer ver como os seus brinquedos funcionam. Aí colocaram a tropa toda na fronteira com a Colômbia. O Equador, por seu turno, se entusiasmou e colocou lá também as suas tropas. Mas eles vão brigar com quem? A Colômbia não quer guerra com ninguém. A Colômbia está atrás de bandido. Foram lá matar bandido! Ela não está querendo brigar com a Venezuela e não quer guerra com ninguém. A Colômbia quer pegar essa bandidada sem-vergonha que está esparramada ali pelas beiradas. É isso que ela quer. Mas o fanfarrão do nosso querido "Idi Amin Chávez", que está lá na Venezuela, está louco para ver como funcionam os brinquedos dele e quer dar uns tiros para ver se acerta. Está brincando com coisa séria!

O Sr. Deputado José Natal - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado, concederei a v.ex.a. os 50 segundos que me restam.

O Sr. Deputado José Natal - Quero dizer que concordo 100% com o que v.ex.a. colocou. Pena que não tenhamos no Senado da República ou lá na Câmara Federal, deputados que tenham a coragem de ocupar a tribuna e dizer o que v.ex.a. disse agora.

Nós estamos passando, na América do Sul, por um perigo muito grande com aquele louco do Hugo Chávez proporcionando essas barbáries.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado, eu ainda vou para lá, se Deus quiser, um dia!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está reservado ao PMDB.

Com a palavra, por até 19 minutos, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, meu boa-tarde. E boa-tarde também ao deputado Flávio, que seja bem-vindo a esta Casa.

Quero aproveitar para cumprimentar e dar as boas-vindas ao deputado Flávio Ragagnin, como também parabenizar o deputado Kennedy Nunes pelo seu magnífico discurso. De modo especial, também quero cumprimentar as colegas Ana Paula Lima e Odete de Jesus, em função do tema que vou abordar.

(Passa a ler.)

"Mulher Informada e Politizada é Mulher Respeitada".

Este tema é o sentido que quero propor para este dia 08 de março - Dia Internacional da Mulher.

Ter consciência do espaço que podemos ocupar, conhecer os direitos que conquistamos, participar dos debates sociais e políticos, são atitudes essenciais para que a mulher seja forte como profissional, como líder comunitária, dona-de-casa, liderança política, mãe e parte ativa da sociedade.

A Jornada Catarinense Maria da Penha iniciada no final do ano passado, com um evento emocionante e inédito, com mais de mil mulheres e a presença da própria Maria da Penha pela primeira vez no nosso estado, foi o começo de uma corrente de encorajamento às mulheres, que irá percorrer todos os rincões de Santa Catarina, a começar no dia 08 pela cidade de Tubarão, deputado Genésio Goulart.

Aliás, aproveito esta oportunidade para convidar todos os colegas, em especial as deputadas Odete de Jesus e Ana Paula Lima para estarem em Tubarão neste sábado, onde realizaremos a primeira etapa regionalizada da Jornada Catarinense Maria da Penha, a partir das 14h, no salão nobre da Unisul.

O objetivo é trocar experiências com as comunidades de cada região, ouvir sugestões e reivindicações, para conhecermos a realidade local e, assim, termos um Raios X regional da situação da mulher. Serão 18 municípios que participarão.

Com os diagnósticos de todo o estado levantados, eu e minhas colegas parlamentares seremos as mais aguerridas na busca de parcerias e dos recursos necessários para colocarmos em prática projetos em defesa da mulher. Aí, sim, um diagnóstico regionalizado.

Aproveitando o tema deste pronunciamento falo também do projeto que apresentei no ano passado, que foi transformado em lei com o apoio deste Parlamento, que resultou na criação da Semana de Saúde da Mulher.

A Lei n. 14.082 prevê a realização anual de uma semana dedicada à saúde da mulher, visando orientar sobre ações preventivas na área da saúde feminina. A semana deve acontecer no final do mês de maio, e aqui nesta Casa, com o apoio de minhas colegas deputadas, tenho certeza de que faremos uma exitosa campanha.

Quero, finalmente, falar para um público mais específico, lembrando o grande encontro que as mulheres peemedebistas promoveram em Palhoça nesta segunda-feira, às 9h, com mais de 500 lideranças femininas de todo o estado. Foi um grande sucesso!

Acredito que as mulheres estão-se envolvendo cada vez mais com as questões relacionadas à política, porque sabem que a política é fundamental no dia-a-dia de suas famílias e de suas comunidades.

Quero provocar essas mulheres para que reflitam nesta semana muito especial sobre a importância de ampliar a presença feminina na política. A definição das candidaturas está batendo à porta. E nós queremos a participação ativa com candidatas, não só em épocas de eleições, cara companheira, para entregar santinhos, vamos participar do seu município, do seu estado, da sua nação.

Por isso eu quero estimular todas as mulheres que nos assistem e que têm filiação partidária - seja uma peemedebista ou de outros partidos - e têm propostas para contribuir com a sua cidade; quero encorajar as companheiras para participar de nominatas, principalmente, friso, participe mulher peemedebista, o seu partido precisa de você, mas, participe!

Hoje, depois de muitas lutas as minorias, e nós somos minoria, têm direito a 30% do espaço na composição das chapas em todos os partidos políticos e nós - mulheres - ainda somos minoria na política, temos que preencher essas vagas em todos os partidos políticos.

Eu, esta deputada que fala contigo a essa hora, sou uma otimista, sonho com o dia em que as representações políticas, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, na Câmara federal, no Senado federal e, quiçá na Presidência, sejam bastante equilibradas entre homens e mulheres.

Só assim construiremos uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária."

Muita obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, por mais 11min tem a palavra o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, assistência que se encontra aqui nas dependências da Assembleia Legislativa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

Homenageio a deputada Ada De Luca pela bela homenagem que fez a todas as mulheres. E estendendo em seu nome, deputada Ada De Luca e o das deputadas Ana Paula Lima e Odete de Jesus, a minha homenagem como membro desta Casa e cidadão catarinense.

Lá na minha cidade, homenageio a vereadora Cristina Barrichello, a vereadora Zélia Pavan e a vereadora Iolanda Schut, pelo brilhante trabalho que realizam e que, com certeza, fazem de Balneário Camboriú uma cidade melhor ainda. Homenageando as vereadoras citadas, homenageio todas as mulheres de Balneário Camboriú que também fazem sua parte na construção da nossa sociedade praiana.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não, ouço v.exa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Eu só quero também estar com v.exa. e homenagear a deputada Ada De Luca, que acabou de sair do plenário agora, mas com certeza está ouvindo ali fora, e não só parabenizá-la como a todas as mulheres. O que seria de nós se não fossem as mulheres!

Mas quero confessar para v.exa. um detalhe muito importante da minha vida, tanto no rádio quanto na televisão, onde tenho programas há 20 anos, o meu grande público, está comprovado através de pesquisas, são as mulheres, são as minhas comadres, como as chamo lá no norte do estado. São as minhas comadres!

Então, eu não poderia deixar de cumprimentar não só as comadres do norte, mas todas as mulheres de Santa Catarina que emprestam sua inteligência e sua solidariedade e que também, naturalmente, são as nossas sócias no desenvolvimento deste estado.

Parabéns a todas as mulheres!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O assunto que me traz à tribuna hoje diz respeito ao que nós presenciamos hoje na nossa comissão de Segurança, onde debatemos sobre diversos assuntos, entre eles, a questão do presídio de Tijucas. E recebemos uma moção da Câmara de Vereadores de Tijucas revelando aquilo que todos nós conhecemos, ou seja, que o presídio de Tijucas está recebendo além da capacidade para o qual foi projetado; ele foi projetado para 90 detentos e está com 300 e alguma coisa. Quer dizer, isso acaba causando insatisfação e um sentimento de insegurança naquela comunidade.

A nossa comissão, presidida pelo deputado Dirceu Dresch, sabiamente, decidiu que vamos programar uma grande audiência pública sobre segurança, juntamente com o deputado Kennedy Nunes e o deputado Nilson Gonçalves também é nosso representante na comissão, para que possamos discutir o problema de frente. Vamos encarar o problema e ver qual a política que o governo do estado tem, entendendo a situação atual, para que a possamos oferecer e devolver o sentimento de segurança à sociedade catarinense.

Srs. deputados, recebi, como também a comissão de Segurança, um ofício do Rotary Club de Balneário Camboriú, distrito 4.651, assinado pelo sr. presidente Abdon Fôes Finardi e o seu secretário, nosso amigo, sr. João Kleis, ambos nossos amigos e pessoas envolvidas com a comunidade.

Passo a ler uma correspondência, para vocês sentirem o que é o sentimento da sociedade organizada em Balneário Camboriú, no que tange à Segurança, direcionada ao tenente-coronel Ilon Joni de Souza, que é o nosso comandante lá do batalhão de Balneário Camboriú e, também, fez cópia para algumas autoridades.

(Passa a ler.)

"A manchete estampada no moderado hebdomadário 'Tribuna Catarinense', edição 1388 (19 a 25 de janeiro de 2008), classificando nossa cidade como número um em roubos no estado, notícia confirmada por dados estatísticos fornecidos pelo ministério Público Estadual, trouxe a toda a população um desagradável aumento de insegurança, fato que tem pautado o dia-a-dia de suas vidas, pela concentração dos permanentes assaltos e roubos.

Em nosso clube, integrado por líderes das mais diversas profissões, o destaque ocasionou inúmeras manifestações na reunião do dia 21 último, quando foram trazidas a público várias ocorrências de delitos, sofridas, presenciadas ou conhecidas, muitas das quais não fazem parte da estatística policial, já que os envolvidos preferiram não transcrevê-las nos registros. De fato a situação está apreensiva e preocupante. Já não nos surpreendemos com os costumeiros roubos praticados contra mulheres e adolescentes que transitam em nossas ruas, reclamando a entrega de pertences e valores, sob ameaça de armas, facas ou outros instrumentos. Isso se tornou fato mais do que corriqueiro.

Cada vez mais observamos que as pessoas de bem, talvez amedrontadas por represálias futuras, omitem-se e buscam uma pseudo-segurança protegendo-se com as grades instaladas em suas residências, o que facilita aos meliantes a prática de suas delinquências. É comum observar que os preceitos da moral e da ética, que deveriam ser modelo sólido e imutável de comportamento, são constantemente amoldados às conveniências e circunstâncias. A vergonhosa situação em que se transformaram as cadeias públicas do país também servem de estímulo ao descaminho, apesar de serem meros depósitos superlotados de presos, pois a insuficiência de vagas prisionais serve de escudo para a impunidade. A não-punição dos primeiros delitos propicia a continuidade na rota do crime, com práticas cada vez mais aprimoradas".[sic]

E seguem falando do seu descontentamento, da sua insatisfação e desse sentimento de insegurança que nós temos, hoje, infelizmente, na nossa cidade.

Daí, começamos a discutir na nossa comissão sobre qual seria a saída. É aquela eterna briga: um lado, tentando chamar a atenção para o problema e o outro justificando que já vem realizando ações e que não conseguem apresentar mais do que estão apresentando.

Então, o governo do estado diz que está fazendo o que pode. Realmente há muitas ações sendo executadas pela nossa secretaria da Segurança, através do secretário Ronaldo Benedet, nosso digno secretário, há uma atenção delineada e determinada por parte do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, mas o fato é que não está chegando nas cidades aquilo que o povo precisa.

E nós, como representantes políticos, temos que fazer a nossa parte e dar a nossa contrapartida. Mas o que está acontecendo? Está sendo investido dinheiro a menos do que é para se investir? O Orçamento está menor do que deveria ser? Existe a inviabilidade orçamentária? Não existe a condição de nós aumentarmos? Vamos ter que cortar o que para aumentarmos o investimento na segurança? Ou segurança não é prioridade?

É isso que nós temos que fazer! Chamar as autoridades competentes, chamar o governo do estado e discutirmos, frente a frente, a fim de darmos uma resposta ao nosso povo.

O estado hoje está organizado por toda Santa Catarina com os conselhos comunitários, os Consegs. A comunidade mais do que nunca está entendendo como discutir o tema segurança. Vivemos um momento muito bom para trazer essa discussão em pauta. Agora, o que nós precisamos saber é o que nós podemos fazer.

Mas, pensando na política municipal, em 2004, apresentei, quando candidato a prefeito, deputado Kennedy Nunes, uma proposta que em princípio foi rechaçada. Eu queria fazer a segurança pelo município em caráter complementar às polícias existentes, não concorrendo e sim complementando, botando gente na rua para trabalhar, para dar segurança ao povo. No entanto, os meus adversários, no momento, disseram não. Segurança é dever do estado e não do município.

Segundo o art. 144, da Constituição Federal, segurança é dever do estado, direito e responsabilidade de todos. E eu batia e continuo batendo que eu não vejo saída se os municípios não começarem a participar da segurança. Se os municípios não criarem as suas políticas de segurança, v.exas. podem ter certeza de que essa eterna briga vai continuar.

Deputado Nilson Gonçalves, está-se discutindo a questão salarial dos policiais, o não-cumprimento ou o cumprimento em parte da lei. Então, como é que nós vamos começar a pensar em aumentar o efetivo que é necessário levar para os municípios?!

Em Balneário Camboriú, nós já amargamos a falta, mais ou menos, de 150 policiais. O estado diz que vai mandar futuramente 60 policiais. Já vai mandar defasado, e quando mandar. Quer dizer, vai continuar a mesma coisa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Quero parabenizar v.exa. porque também entendo que a questão da segurança deve ser tratada a partir de agora pelos municípios, assim como lá atrás começaram a reservar parte da verba do Orçamento carimbada para a saúde, para a educação e para a municipalização dos serviços, o que hoje traz benefícios. A segurança tem que ser feita assim, até porque é uma das nossas três garantias constitucionais como cidadãos.

Por isso, parabéns pela sua idéia e é o que nós defendemos em Joinville também.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Perfeito, deputado Kennedy Nunes.

Srs. deputados, o que nós temos que fazer aqui é contribuir com a nossa comunidade trazendo este tema em pauta e apresentando ao governo do estado o nosso entendimento sobre a sua possível solução.

Muito obrigado ao povo catarinense e a todos os srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu sei que fuge um pouco à regra, mas só para complementar o que o deputado Edson Piriquito estava falando, quero dizer que vai ser muito palpante essa discussão sobre segurança dentro de uma audiência pública. Eu até aconselharia chamar o Ministério Público e alguém do Judiciário, porque uma das encrucas da segurança pública está no Judiciário, pois a polícia prende, mas as leis permitem que o sujeito fique lá um determinado tempo e depois é solto para as ruas novamente.

Então, a polícia também está cansada de prender as mesmas pessoas quase que constantemente, são as mesmas figuras. Eu sempre digo lá em Joinville que são umas 50 pessoas que incomodam barbaridade! Por quê? Porque prendem e uma semana depois estão soltos.

O assunto é palpante e tenho certeza de que vai ser muito interessante numa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital AleSC, senhoras e senhores, eu utilizo este espaço do meu partido para me dirigir à cidade de Joinville.

Início fazendo uma saudação em meu nome, com a permissão dos deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, ao prefeito da maior cidade de Santa Catarina, dr. Marco Antônio Tebaldi, que se faz presente nesta sessão e que, com a anuência das lideranças, vai falar um pouco sobre a nossa cidade, sobre a programação de comemoração dos 157 anos de luta, de garra, de trabalho daquele município e sobretudo do povo joinvilense.

Sr. presidente, também não poderia deixar de falar objetivamente a respeito desse excepcional momento político e econômico que vive o nosso município. Político porque o governador de Santa Catarina é de Joinville. Foi três vezes prefeito da nossa cidade e faz um excelente trabalho para Santa Catarina e para o município de Joinville, principalmente. E econômico, deputado Nilson Gonçalves, porque os indicadores demonstram que Joinville vive um bom momento.

Nós poderíamos citar, prefeito Tebaldi, as informações de que Joinville, no ano passado, das cidades do porte de 400 a 600 mil habitantes, foi o município do Brasil que mais gerou postos de trabalho. Gerou 11 mil postos de trabalho. Segundo, somos a 13ª cidade do Brasil no índice do IDH, ou seja, a 13ª cidade melhor para se viver. E estamos sonhando e, mais do que isso, trabalhando para quem sabe um dia sermos a primeira cidade do Brasil.

Outro indicador é que nós temos a melhor escola pública de Santa Catarina, a Escola Hans Muller, e conquistamos, mensurado pelo Ideb, média seis. Ora, seis é a meta do Ministério da Educação para o ano de 2022, no Brasil.

Consumimos mais de 14% de energia, equiparando-nos ao consumo de energia da China, e assim por diante.

Portanto, os dados revelam que a cidade vive um excepcional momento e acredito que esse momento dá-se a três fatores:

Primeiro, há um terceiro setor, que é o voluntariado. Nós temos mais de 500 entidades não-governamentais que fazem as coisas acontecerem desinteressadamente em nosso município.

Segundo, nós temos uma classe empresarial, ousada, corajosa que empreende e que gera muitos postos de trabalho e que aquece a nossa economia, transformando Joinville, que representa 1,5% das exportações do Brasil e 25% das exportações de Santa Catarina.

Mas mais do que isso, nós temos um povo irreverente, alegre, criativo, empreendedor e que tem o espírito voltado eminentemente ao trabalho.

Portanto, diante desta realidade, ao longo dos 157 anos, através de uma conjugação de forças, através de gestões significativas que foram feitas por prefeitos que sucederam, mas, principalmente e mais recentemente, através das três gestões do governador Luiz Henrique da Silveira, do prefeito Tebaldi, nós conseguimos conquistar uma situação de potencialidade e de crescimento com organização e com planejamento ao longo desses 157 anos.

Por isso nós estamos em festa e estamos comemorando os 157 anos porque nós merecemos, principalmente o povo joinvilense.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço, com muito prazer, o deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Eu não poderia, de forma alguma, deixar de falar da nossa Joinville, que na minha maneira de ver, sem menosprezar qualquer outro município de Santa Catarina, é o carro-chefe do nosso estado, é a cidade que tem vocação para estar sempre com os braços abertos recebendo gente de todos os cantos deste país.

O nosso município de Joinville, com quase 500 mil habitantes, a grande maioria de pessoas vindas de fora, que recebe todos os visitantes com os braços abertos, principalmente do Paraná, tornou-se a mais importante cidade de Santa Catarina e a terceira cidade mais importante do sul do Brasil. Tudo por conta das administrações que se sucederam; por conta dos homens que vieram e foram tomando conta daquela cidade, impulsionando-a a ser realmente motivo de orgulho para todos nós.

Eu não poderia deixar, de forma alguma, de dar o meu abraço, todo especial, a Joinville, que eu abracei como minha, embora não tenha nascido lá, mas os meus três netinhos, de quatro e cinco anos, são joinvilenses. Por isso é a cidade que amo e que quero morar até o fim dos meus dias.

Parabéns, Joinville! Parabéns aos administradores da cidade, ao prefeito Marco Tebaldi, que se encontra nesta Casa hoje justamente para falar sobre a sua cidade. E nós haveremos, se Deus quiser, de ver cada dia mais a nossa Joinville no alto.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa. por trazer ao nosso estado o aniversário da grande cidade de Joinville.

Quero parabenizar o prefeito Marco Tebaldi, que nos honra com a sua presença nesta Casa, e dizer que nada como 157 anos para trazer a General Motors para Joinville.

Um grande abraço e felicidades para Joinville!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu queria, deputado, como fez também o deputado Nilson Gonçalves, cumprimentar a nossa querida Joinville, apesar das nossas diferenças políticas, e o prefeito Marco Tebaldi, que está aqui presente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - De acordo com o entendimento de todos os líderes, assinado através do Ofício n. 0060/2007, esta sessão será interrompida para dar espaço ao sr. prefeito municipal da cidade de Joinville Marco Tebaldi, que irá falar sobre os 157 anos de fundação da manchester catarinense.

Convido, então, os srs. deputados Darci de Matos e Antônio Aguiar para encaminharem a este plenário o prefeito de Joinville Marco Tebaldi.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - (Faz soar a campanha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o art. n. 143 e seus §§, do Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0004/2008, 0014/2008, 0015/2008, 0027/2008, 0031/2008, 0042/2008.

Comunica também que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s: 0006/2008, 0007/2008, 0119/2007, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0575/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Bom Jardim da Serra (cafeteria no mirante da serra do Rio do Rastro). Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0577/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Navegantes (construção da Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza). Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0017/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural Nacional, no município de Dionísio Cerqueira. Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0029/2008, de autoria do deputado Jandir Bellini, que declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0357/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que cria a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, em conversa preliminar com o autor da matéria, deputado Nilson Gonçalves, o Movida, que é um movimento que luta pela saúde do trabalhador, e tendo em vista que em nível nacional existe essa comemoração no dia 2 de maio, a sugestão do movimento é de que se fizesse uma emenda para que, em Santa Catarina, pudéssemos fazer a comemoração na mesma semana em que comemoramos nacionalmente a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho. Assim, a sugestão é de que fizessemos a comemoração estadual coincidindo com a nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Regimentalmente é possível, desde que haja a apresentação da emenda em plenário. O projeto voltaria às comissões para a deliberação sobre a emenda, retornando ao plenário para deliberação final.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o autor da matéria, deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quando nós tivemos a idéia de fazer esse projeto, partimos do princípio de que a mulher, principalmente, não é objeto. Atualmente se comemora o Dia da Mulher e muitas, muitas, mas muitas mulheres são tratadas como objeto em seu local de trabalho. Objeto, muitas vezes, de lazer do chefe, que de maneira muitas vezes bem patente e com outras formas de assédio, termina constrangendo a mulher em seu local de trabalho.

Quantas e quantas mulheres que acabam pedindo demissão, porque o patrão está dando em cima, mesmo que ela não queira nada, mas o patrão dá em cima e tratando a mulher como verdadeiro objeto.

Essa é uma forma de assédio, mas existem outras formas de assédio moral, como subjugar um funcionário de forma mal-educada. Tudo isso atinge a moral de um cidadão, então a idéia é dar justamente a essas pessoas a oportunidade de termos um dia para reflexão sobre esse assunto.

Como o deputado Pedro Baldissera trouxe à baila essa questão, para que possamos atender a esse anseio, até porque esse movimento já tem um dia de comemoração, eu solicito a v. exa. a retirada do projeto para que possamos organizá-lo melhor e colocá-lo dentro daquilo que se espera do movimento.

Está bem, sr. presidente?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência atende o requerimento do autor e retira a matéria de pauta.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s 0036/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves e 0037/2008, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, apenas me reportando ainda à indicação que v. exa. citou, de minha autoria, nós havíamos feito uma indicação para as rodovias de Santa Catarina, que era um projeto que transformamos em indicação. Assim, estamos dentro do nosso *métier*, não ultrapassando os nossos limites, por isso fiz a indicação para as rodovias estaduais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Refere-se à malha viária estadual.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - É sobre o próximo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Então vamos chegar lá deputado, v. exa. está mais rápido do que a pauta da Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus e outros que solicita a apreciação pelo Plenário, do parecer contrário da CCJ ao Projeto de Lei n. 0565/2007.

A Presidência defere o requerimento da deputada Odete de Jesus na forma do Regimento.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Joinville, cumprimentando-o pela eleição na presidência da Associação dos Municípios do Norte de Santa Catarina-AMUNESC.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, este requerimento da deputada Ada De Luca, eu também gostaria de subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência da deputada Ada De Luca, o deputado Décio Góes também passa a ser subscritor do requerimento de n. 153.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Empresa Datasul, cumprimentando-o pelo desempenho e relevantes serviços prestados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Guido Jackson Bretzke, cumprimentando-o pela eleição para a presidência da Associação Empresarial de Jaraguá do Sul.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Agrolândia, cumprimentando-o pela posse no cargo de presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Defesa Civil, cumprimentando pela atenção prestada ao município de Chapadão do Lageado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao *Jornal da Fronteira*, de Dionísio Cerqueira, cumprimentando pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Mafra, cumprimentando-o pela reeleição na presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao patrão do CTG Crioulos do Caverá, parabenizando-o pelo êxito alcançado no 6º Rodeio Crioulo Internacional, realizado em Araranguá.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República e ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a suspensão dos procedimentos demarcatórios pela Funai, demandados na Ação Civil Originária ACO 1.100.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente Regional do DNIT em Santa Catarina, solicitando estudos e projetos para a construção de pistas na via expressa BR-282.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao superintendente regional dos Correios de SC, solicitando a implantação de Agência dos Correios no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Dagomar Carneiro, a ser enviada ao prefeito de Florianópolis e ao presidente do IpuF, manifestando apoio para a construção de mais uma pista de cada lado da Via Expressa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao presidente da República do Equador, manifestando apoio e reconhecendo-lhe o direito de lutar pela soberania e pela autodeterminação de seu país.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, vejo que temos que tomar certo cuidado com relação a essas questões, porque fala-se da soberania de um país. Vou, ainda, na linha do deputado Nilson Gonçalves, que falou, hoje, que um país não pode, sob a sombra ou o manto da soberania, estar dando guarida a bandidos, que fazem das suas milícias e do dinheiro para manter as suas milícias, o contrabando e o tráfico de drogas.

Portanto, quero votar contra esta moção do deputado Amauri Soares, entendendo a sua posição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Qual é o mérito da moção? É o mérito da posição de todos os presidentes da América Latina! Esse é o mérito! É solidarizar-se com o país para manter a soberania. Como nós aqui no Brasil não aceitamos que ninguém ocupe o nosso território, temos que nos manifestar para que nenhum território dessa América seja invadido por quem quer que seja.

Portanto, independentemente de discutir o mérito da questão, os detalhes, este Parlamento tem que perceber que o que se discute são dois princípios: o princípio da democracia e o da soberania. E um país que é invadido, como o foi o Equador, merece a solidariedade de todos os países da América Latina. Eu acho que a presidente do Chile foi a mais contundente e a mais crítica à posição da Colômbia diante do Equador. Assim, eu acho que, no mínimo, temos que prestar solidariedade ao povo equatoriano, principalmente em relação à soberania do seu país.

Não vamos entrar aqui em discussão ideológica, no sentido de nos posicionar a favor das Farc, da Venezuela, da Colômbia ou do Equador. O fato é que foi ferida a soberania de um país, fato com o qual não podemos concordar, com o qual este Parlamento não pode concordar e por isso solidarizamos-nos com a moção do deputado Sargento Amauri Soares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir a moção, o seu autor, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, a intervenção do deputado Pedro Uczai foi muito feliz no sentido de falar do espírito e do objetivo da moção, que é justamente dar as boas-vindas ao presidente do Equador e desejar-lhe boa sorte no seu itinerário pelos países da América Latina, para que haja a solidariedade dessas nações - e aí aproveito para parabenizar a posição de vários governos latino-americanos, inclusive o governo brasileiro, o governo Lula - com relação a essa questão.

Estamos falando de soberania nacional. Se cada povo elege o seu presidente, elege o seu governo, é legítimo que ele tenha autonomia para governar segundo os pressupostos, o programa pelo qual foi eleito. E isso precisa ser respeitado.

Eu entendo e, inclusive, concordo com a possibilidade e o direito do deputado Kennedy Nunes e de outros deputados de serem contra esta moção. Só gostaria de ter elementos concretos, elementos de prova e não boatos para insinuar que o governo do Equador incentiva o tráfico de drogas, como s.exa. falou.

Então, a moção tem o intuito de somente expressar solidariedade ao governo do Equador com relação à garantia da soberania do seu país, da mesma forma que defendemos esse direito para todos os povos do mundo, inclusive para o povo colombiano, palestino, israelense, iraquiano, afegão e brasileiro. Esse é o princípio e a intenção da moção.

Com aqueles que forem contrários a isso, trata-se de outra discussão e eles têm direito de o ser. O que eu sou obrigado a dizer aqui é que não existem provas, não existem elementos para se insinuar que o governo equatoriano apóia o tráfico de drogas. Essa é uma lógica perversa que busca construir uma guerra na América Latina e nós estamos lutando pela paz.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir a moção, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, acho que por ser este um Parlamento é um local para falar, discutir e discordar no campo das idéias. É evidente que respeito profundamente o deputado Sargento Amauri Soares, mas não posso concordar com s.exa. em alguns dos itens que citou.

Se fosse somente o que está escrito ali e eu li: "... manifestando ao presidente do Equador apoio, reconhecendo-lhe o direito de lutar pela soberania e autodeterminação de seu país", se fosse apenas isso, eu até confesso que me veria na obrigação de votar a favor. Mas pelo que eu escutei do deputado Sargento Amauri Soares, é para dar as boas-vindas ao presidente equatoriano na sua chegada ao Brasil e dessa forma eu já discordo e não vou aprovar porque ele chegou ao nosso país chamando o presidente da Colômbia de canalha. Mas quem é o canalha nessa história?

Se o presidente do Equador aqui viesse como autoridade, dentro daquilo que se espera e falando, realmente, sobre a soberania do seu país, tudo bem! Mas não! Já chegou aqui chamando o presidente colombiano de canalha.

O deputado Sargento Amauri Soares acabou de dizer aqui que gostaria de dar as boas-vindas ao presidente do Equador. Se fosse somente isso, deputado, com todo o respeito que tenho pela sua pessoa, se fosse somente um manifesto, eu votaria a favor. Mas parece-me que a moção tem um conteúdo mais profundo, mais ideológico e eu prefiro manter-me à margem dessa votação, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero apenas desfazer aqui um mal-entendido. Deputado Sargento Amauri Soares, eu não acusei, de forma alguma, o governo do Equador de tráfico de drogas. Eu disse que não é possível um governo, sob o manto da soberania, estar guardando e dando cobertura para pessoas que fazem das suas finanças o tráfico de drogas e a venda de armas. Foi isso que eu disse. Eu não disse que o governo equatoriano está fazendo tráfico. Eu disse o seguinte, e volto a dizer: não é possível, sob o manto da soberania, qualquer país dar guarida a pessoas que fazem o tráfico de drogas. Essa é uma posição minha, clara, porque a droga é o câncer dessa sociedade, e por isso sou muito claro contra esta moção.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação a moção.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Temos os votos contrários dos deputados Manoel Mota, José Natal, Antônio Aguiar, Kennedy Nunes, Nilson Gonçalves, Edson Piriquito e Renato Hinnig.

Para que não paire dúvida sobre a votação e atendendo o requerimento do deputado Kennedy Nunes, a Presidência realizará a votação nominal no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a moção e os que votarem "não" a rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÔES	sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

DEPUTADO EDISON ANDRINO não (Pausa)

DEPUTADO EDSON PIQUIITO não Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN não Em votação.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO não Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART não Aprovado.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL não Temos vários pedidos de informação de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, com o mesmo teor, que serão votados em bloco.

DEPUTADO JAILSON LIMA não Pedidos de informação de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, a serem enviados aos secretários de: Segurança Pública; do Desenvolvimento Econômico e Sustentável; da Saúde; da Infra-Estrutura; da Comunicação; de Assistência Social, Trabalho e Habitação; da Agricultura; da Educação; e da Fazenda, solicitando informações sobre os recursos liberados para as entidades públicas e privadas, integrantes dos municípios de São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Araquari, Garuva, Itapoá, Barra Velha, São João do Itaperiú, Joinville, Balneário de Piçarras, Guarimirim, Corupá, Schroeder, Massaranduba e Jaraguá do Sul.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN não Em discussão os pedidos de informação.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI não O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pedimos a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO JORGINHO MELLO não O Sr. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO JOSÉ NATAL não O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu não prestei atenção. V.Exa. colocou em discussão todos os meus pedidos de informação?

DEPUTADO JULIO GARCIA não O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sim, estão em discussão os Pedidos de Informação de n. 20 até o de n. 28.

DEPUTADO KENNEDY NUNES não O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Esses pedidos de informação serão enviados a todas as secretarias. A idéia, sr. presidente, é apenas eu ter uma clareza com relação às verbas que são destinadas à minha região, para saber de que forma estão indo e quem está levando, embora seja do governo. E v.exa. poderia até me perguntar: "Mas v.exa. é vice-líder e poderia indagar". Já fiz isso e, como não obtive a resposta, estou fazendo por escrito para que possa obter uma resposta.

DEPUTADO MANOEL MOTA não Nenhum clima está sendo criado com relação a isso; estou apenas e tão-somente cumprindo o meu dever de deputado.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA não Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO MOACIR SOPELSA não O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

DEPUTADO NARCISO PARISOTTO não (Pausa)

DEPUTADO NILSON GONÇALVES não Não havendo mais quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

DEPUTADA ODETE DE JESUS não Em votação.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim Os srs. deputados que os aprovam permanecem como se encontram.

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim Aprovados os Pedidos de Informação de n. 20 até o de n. 28.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim Pedido de informação de autoria do sr. deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a construção da subestação; legalidade do estado de emergência eletroenergético e falta de energia na cidade de Joinville.

DEPUTADO RENATO HINNIG não Em discussão.

DEPUTADO RENO CARAMORI não O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pedimos a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA não O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO ROMILDO TITON não

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON não

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN não

Está encerrada a votação.
Votaram 23 srs. deputados.
Está encerrada a votação.
Temos 16 votos "não" e sete votos "sim".

Está rejeitada a moção.
Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao secretário do Desenvolvimento Regional de Brusque, solicitando esclarecimentos sobre convênios com transferência de recursos financeiros firmados com a prefeitura.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.
Aprovado.
Pedido de informação de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Infra-Estrutura, solicitando esclarecimentos sobre as obras de pavimentação asfáltica na Rodovia Leopoldo Grosskopf, em Campo Alegre.
Em discussão.
O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.
O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e sr. deputados, este pedido, que eu estou renovando pela terceira vez, trata apenas da cópia do edital, da cópia dos contratos e seus aditivos e das cópias das notas fiscais. Eu peço aos nobres deputados e as sras. deputadas o voto pela aprovação porque os outros pedidos já foram aprovados nesta Casa e, infelizmente, a resposta foi que os documentos se encontram lá na secretaria da Infra-Estrutura. E caso não receba, sr. presidente e srs. deputados, a cópia desses documentos, vou procurar outros meios legais para consegui-la.
Portanto, gostaria da aprovação do pedido de informação!
Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, causou-me preocupação a manchete do jornal *A Notícia* de terça-feira. Está publicado na capa que o governador Luiz Henrique da Silveira esteve na segunda-feira em Joinville, na Associação Comercial e Industrial daquela cidade, e que teria assinado um decreto colocando em estado de emergência aquela cidade para acelerar a construção da subestação. Isso me preocupou porque na linha de apoio da manchete dizia que essa ação seria para fugir da licitação pública. Isso me preocupou pois para que existe a licitação pública? Para garantir o menor preço.

Diz a matéria da jornalista Rosane Felthaus que esse decreto que foi assinado em Joinville foi por conta de que a Celesc previu um crescimento de 5% para Joinville, deputado Nilson Gonçalves, e em Joinville a demanda industrial cresceu 14%, ou seja, o índice da China. Então, houve um erro da Celesc na projeção de crescimento da maior cidade do estado de Santa Catarina.

E o que me traz preocupação é que a Eletrobrás disse na matéria que está resistindo a essa pressão do governo de construir a subestação sem licitação pública porque a obra, sem licitação, poderá custar o dobro do valor, e isso resultará em agregação do valor ao preço do consumidor! Ou seja, a licitação pública, segundo a Eletrobrás, está garantindo a metade do preço da construção da subestação, e também não agregar valor no momento das nossas contas de luz, de energia elétrica.

O que me causa preocupação é o seguinte: será que, por um erro governamental, que foi esse no qual a Celesc previu um crescimento de apenas 5% e cresceu 14%, é o caminho para assinar um decreto declarando emergência para fugir de licitação? Então, eu vou dar uma idéia para o governador: assine um decreto de emergência na saúde, porque está um caos! Assine um decreto de emergência na educação, porque está para começarem uma greve!
(Palmas das galerias)

Se é para resolver a situação, então temos que levar a sério! Não passou nenhum furacão, nenhum tornado, absolutamente nenhum fenômeno meteorológico, e nem o Ronaldo Coutinho previu um furacão lá pela região norte para assinar decreto de emergência! Os prefeitos sabem que isso é uma forma legal para atender emergencialmente a casos relacionados à meteorologia, e não a erros de previsão de cálculos governamentais, porque a Celesc é uma distribuidora governamental. E como é que ela, sabendo da pujança de Joinville, vai prever um crescimento de apenas 5%, sendo que nós crescemos 14%? É muita diferença.

Por isso o meu pedido de informação, e até porque entenderia esse decreto do governador, se ele tivesse assumido agora o governo. Mas assumiu há cinco anos, e já vai para seis anos. Será que em seis anos a Celesc não soube que Joinville estava em crescimento? Será que depois de seis anos tem que fazer um decreto para tentar fugir da lei que garante o menor preço da licitação?

Por isso que no meu pedido de informação quero saber por que a Celesc errou, e errou bem, a questão do percentual de crescimento? Segundo: quero saber qual é a legalidade desse decreto, se quem vai construir a obra é o governo federal? Qual é a legalidade de o estado decretar para que o governo federal aumente o processo? Terceiro: quero saber o que vai ser feito?

Por isso esta Casa tem que discutir isso, e peço aos deputados de Joinville que também aprovem a matéria porque a partir dessas informações eu vou poder dizer se o governo está certo ou errado. No meu entendimento, o governo está falhando, e muito, sr. presidente!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, para discutir o pedido de informação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, além daquilo que já disse o nosso sempre líder deputado Kennedy Nunes, quero lembrar que, além de ser governador no mesmo governo estabelecido há seis anos, antes de ser governador o Luiz Henrique da Silveira foi prefeito de Joinville por pelo menos três mandatos. Então, ele não conhecia o problema nem como governador e nem como prefeito que era, como cidadão de Joinville.

Sobre esse assunto, o César Valente, na coluna De Olho na Capital, traz, hoje, a seguinte observação:

(Passa a ler.)

"As vezes penso que os administradores do dinheiro público deixam propositalmente a situação se agravar, para poder, num determinado momento, requerer dispensa de licitação por motivo de urgência urgentíssima, desastre iminente ou calamidade inesperada.

Como é que em seis anos de governo e mais não sei quantos como prefeito, só agora Luiz Henrique da Silveira viu que seria preciso reforçar o fornecimento de energia para a sua base eleitoral?

Mas agora tudo se resolverá, porque as palavras mágicas foram ditas: 'dispensa de licitação'. Elas são o equivalente moderno do 'Abre-te Sésamo', usado pó Ali Babá, aquele dos 40 ladrões, para abrir a porta da caverna dos tesouros roubados." [sic]

Era este o meu comentário.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra, com satisfação, a visita da vereadora Ângela Albino na nossa sessão.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) Com a palavra, continuando a discussão do pedido de informação, o eminente líder do governo, deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, não nos vamos valer de uma maioria possível nesta Casa para impedir que esclarecimentos, informações, sejam prestados, mas também não vamos permitir que se façam afirmações aqui da tribuna que não correspondam à verdade. Fiquei na dúvida. Não sei se foi um pedido de informação ou se foi um libelo acusatório.

Se faz-se um pedido de informação é porque não se tem certeza e se quer saber dados importantes para esclarecer. E a nossa bancada vai aprovar, sim, o pedido de informação, mas também, para contribuir com a verdade, é preciso que se diga que o governo do estado não vai executar nenhuma obra, a Celesc também não, pois é uma obra federal. E por isso não se pode vir aqui assacar e a jogar dúvida com relação à Celesc e ao governo do estado de Santa Catarina.

Não é verdade que a obra vai onerar o consumidor de Joinville. Tenho essa informação e tenho essa certeza. Por isso não se pode vir aqui, no microfone de apartes, fazer essas acusações.

Dentro dessa linha de raciocínio, sr. presidente, sou o primeiro a manifestar a minha concordância com o pedido de informação, para que a verdade venha à tona e os fatos sejam totalmente esclarecidos. Agora não posso, de forma alguma, concordar que se façam tais afirmações.

E que bom que Joinville esteja crescendo mais do que 5%, mais do que 10% - e espero que possa crescer 15%. Isso é ótimo para a economia de Santa Catarina! Agora, omisso seria o governador Luiz Henrique da Silveira se não tomasse as providências para dotar aquele município de instrumentos necessários para promover o desenvolvimento e a segurança das empresas, dos trabalhadores, da população que lá investe e trabalha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, líder da bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - A Presidência suspenderá os trabalhos por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir o Pedido de Informação n. 29/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, nós estamos nesta Casa há alguns mandatos e, evidentemente, quando esta Casa recebe muitas visitas os discursos são mais acalorados, são totalmente diferentes, pois os deputados esquecem até das razões maiores que trazem investimentos para o estado de Santa Catarina.

Nós temos hoje uma pessoa que administra o nosso estado, que é o Luiz Henrique da Silveira, que foi três vezes prefeito de Joinville, que traçou para esta cidade esse salto de qualidade que ninguém segura, que sobe e cresce além do previsto em nível de estado e em nível nacional. Com isso ele, sentindo necessidade, tem que tomar algumas medidas se o dinheiro não é do estado. Agora, evidentemente que os deputados da Oposição Kennedy Nunes e Joares Ponticelli, principalmente o Joares Ponticelli, que critica tanto o município de Joinville, teria que parabenizar o prefeito que esteve aqui hoje, aquela cidade, aquela terra sagrada que emprega muita gente de Santa Catarina e do sul também.

Então, lamentamos profundamente esse discurso desnecessário tentando buscar aquilo que não existe, tentando manchar a Celesc junto ao governo do estado, que está totalmente fora do processo.

Agora um homem de bem, um homem honrado que quer ver Joinville e Santa Catarina crescendo toma medidas, e eu também tomaria para ver a minha cidade crescer tanto quanto Joinville. Por isso, lamento profundamente os discursos sem conteúdo para buscar os aplausos daqueles que aqui estavam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só para esclarecer sr. presidente, que o nobre líder do governo, deputado Herneus de Nadal, por quem tenho o maior respeito, colocou alguns pensamentos que não foram os que eu falei.

Primeiro eu não coloquei dúvida com relação à seriedade do governo em decretar e querer fugir da licitação pública.

E, deputado Herneus de Nadal, não sou eu que estou falando, mas é a Eletrobrás que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Até o momento, a Eletrobrás tem resistido às investidas do estado, porque acredita que a obra pode custar até o dobro se for realizada sem a licitação e em caráter emergencial. O alto investimento pode ser repassado ao consumidor final, o que resultaria no aumento de tarifas." [sic]

Portanto, não sou eu que estou dizendo, mas é a Eletrobrás que está dizendo que se for feito sem licitação vai aumentar a tarifa de energia lá do cidadão, e nós não queremos isso.

Com relação à idoneidade do governador, isso não está aqui em pauta, deputado Manoel Mota, mas, sim, a validade do decreto.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também lamento que o deputado beatificador do governador, líder da bancada do PMDB, não tenha prestado atenção no que eu disse. Não sei se ele estava

fora, se estava buscando informações do governo, não sei se estava fazendo suas anotações diárias, não sei se estava na sua leitura cotidiana, mas ele não prestou atenção no que eu disse. Eu me limitei a ler o que está publicado na coluna *De Olho na Capital*, de autoria do competente jornalista César Valente. Não proferi uma palavra de meu juízo. Então, não sei se foi por causa das leituras ou das anotações constantes do eminente líder, mas, decididamente, ele não prestou atenção no que eu disse.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para tratamento equânime, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - O eminente deputado Joares Ponticelli quer confundir dizendo que nós não entendemos nada, que estamos aqui apenas para fazer número como parlamentar. Mas v.exa. está muito enganado, porque quando se faz um pedido de informação é para saber se está acontecendo, se vai acontecer alguma coisa.

Aqui já foram feitas acusações e denúncias sem ter sido apresentado o requerimento. V.Exa., como líder, quantas vezes aqui nesta Casa já fez um trabalho para não aprovar os requerimentos, os pedidos de informação, e nós, ao contrário, vamos aprovar o pedido de informação para mostrar que temos um governo sério, transparente, que quer o bem de Santa Catarina e da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão o pedido de informação.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao presidente do Deinfra e ao secretário do Desenvolvimento Regional de Araranguá acerca da data prevista para a finalização da obra da SC-450 e envio de relatório das obras executadas até a presente data naquela rodovia.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, esse é um assunto que os deputados que estão aqui há duas legislaturas já conhecem, sobre a chamada serra do Faxinal. Esse assunto já foi discutido várias vezes aqui e os deputados Kennedy Nunes e Silvio Dreveck já ouviram bastante. O deputado Flávio Ragagnin que é o mais novo de todos ainda não conhece. Trata-se daquela festejada pavimentação da serra do Faxinal que começa lá em Praia Grande.

Deputado Kennedy Nunes, não dá mais para contar o número de vacas que já foram assassinadas por conta dessa pavimentação. Foi muito churrasco, muito fogueira, muita festa. A última ordem de serviço que nós temos notícia foi entregue pelo então governador, hoje um cidadão bem aposentado, Eduardo Pinho Moreira, que esteve na serra do Faxinal, lá na Praia Grande, seis dias antes do segundo turno, ou seja, no dia 23 de outubro de 2006, quando ele entregou a ordem de serviço de número 15, tantas foram as ordens de serviço e churrascadas feitas lá.

Srs. deputados, no entanto, as informações que vêm de lá é que o asfalto não chegou. Existe um deputado que diz que as máquinas roncam e roncam, mas o povo não ouve o barulho dessas máquinas. Como disse, roncam só na cabeça de uns dois ou três representantes do governo, mas nada das máquinas roncarem na serra do Faxinal. Mas, daí o deputado vem aqui, faz aquele discurso todo, mistura alhos com bugalhos, tira, botar, continua roncando e o povo não ouve. É um ronco só na cabeça de um.

Por isso, estou fazendo esse pedido de informação para que seja encaminhado um relatório circunstanciado para sabermos quantos quilômetros foram pavimentados até agora. Só isso. É uma perguntinha simples: quantos quilômetros foram pavimentados até agora e qual a data prevista para a inauguração, porque anunciam obras e obras. Isso está igual à obra do Camacho, que já faz seis anos e nada da obra chegar ao fim. Então, o que queremos saber é quantos quilômetros da serra do Faxinal estão pavimentados; em segundo lugar, qual a data de inauguração, até porque aquela bezerrada que está nascendo lá já não vai parar mais nos pastos com medo de vir mais uma ordem de serviço e de serem aproveitadas num churrasco, e a obra não sair.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Vou ajudar a aprovar esse requerimento com muita honra para poder esclarecer para aqueles que não construíram, que enganaram a população de Santa Catarina e perderam a eleição. Por isso, iam lá de Sombrio a Jacinto Machado, colocavam as estaquinhos para medir, como se fossem começar a obra e quando terminavam as eleições, as estaquinhos desapareciam. Lá em Praia Grande levavam máquinas em cima de caminhões, mas quando a eleição acabava a obra não estava terminada.

Agora, temos um governo sério, que faz as coisas para valer. Lá já estão trabalhando na infra-estrutura, pois não se faz asfalto antes da infra-estrutura. Então, é importante esse pedido de informação para o eminente deputado Joares Ponticelli saber que o governo Luiz Henrique da Silveira continua trabalhando para o bem-estar do povo catarinense, através de pavimentações, de obras de colégios, na saúde, etc.

Então, v.exa. vai ter aprovado o seu pedido de informação para poder ficar tranquilo e sereno. Realmente começaram a serra do Faxinal diminuindo 200 quilômetros. E quem vai ganhar é Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao presidente da Celesc solicitando relatório de atividades e outras informações sobre o deslocamento ao município de Criciúma e região nos dias 14 e 15 de fevereiro.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, estou contente porque os discursos que o governo fez até aqui são de quem está fazendo uma grande obra, aprovando os requerimentos. Isso já é bom, pelo menos em alguma coisinha a Oposição está ganhando. Não podemos mais choramingar.

Este agora é porque eu li na coluna do Adelor Lessa, a bancada leu que, no dia 15 de fevereiro, o presidente da Celesc teve que cancelar as consultas que ele faria com os seus pacientes como médico cardiologista em Criciúma. Só que 15 de fevereiro caiu numa sexta-feira, dia de trabalho. Então, nós queremos saber quais são os dias em que ele trabalha como presidente da Celesc e queremos saber se no dia em que ele não trabalha o salário é descontado, porque qualquer trabalhador que falta ao trabalho tem o seu dia descontado. E olha, um dia de trabalho do presidente da Celesc é quase R\$ 1 mil, porque o salário é de R\$ 22 mil ou R\$ 23 mil, e dá quase R\$ 1 mil por dia.

Então, nos dias 15 e 18 ele não trabalhou e queremos saber o que ele foi fazer, se a Celesc continua pagando e qual é o horário de trabalho dele. São estas as informações que nós precisamos saber.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir o pedido de informação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quando li esse pedido de informação, deputado Joares Ponticelli, pensei que era o pedido de informação que o deputado Edson Piriquito fez hoje, na comissão de Segurança Pública e Cidadania, referente a um pedido do plano de voo do helicóptero que estava a serviço da Polícia Civil, no dia 16 de fevereiro, se não me engano, que foi visto parando no posto da Polícia Rodoviária Federal ali em Itapema, naquela região. Segundo ele, o delegado, chefe da Polícia Civil, o sr. Maurício Eskudlark, foi visto descendo do helicóptero para comer ali no restaurante e depois voltar. Até pensei que era esse pedido de informação, mas penso que esse ainda vem, não é o mesmo, esse é de Criciúma. Eu pensei que era esse.

Mas, com certeza, a comissão de Segurança Pública e Cidadania poderá trazer esta informação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir o pedido de informação, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente há uma preocupação muito grande e excessiva com o presidente da Celesc e ex-governador, dr. Eduardo Pinho Moreira.

Mas como temos o princípio de quem quem não deve não teme, nós vamos, mesmo com a falta de quórum, se assim decidirem os deputados que estão do lado de cá, aprovar o requerimento. Nós vamos aprovar o requerimento e vamos permanecer aqui para isso, até para que tenhamos transparência.

Nós nunca pedimos para evitar isso. Agora é evidente, é lógico que o presidente de uma estatal da envergadura da Celesc, com certeza, não tem relógio de ponto para marcar a sua entrada e a sua saída.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o pedido de informação.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Eu pediria ao deputado Dagomar Carneiro para co-assinar a Moção n. 0024, que encaminha ao IpuF estudos para a construção de mais uma pista em cada lado da via expressa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado Dagomar Carneiro, antes de se retirar, me comunicou que gostaria que v.exa. assinasse a moção.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - sr. presidente, da mesma forma com a Indicação n. 0037, também para co-assinar, que encaminha ao Deinfra essa questão da realização de projeto junto às pontes Pedro Ivo e Colombo Sales, em se tratando também dessa via de trânsito de Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. subscreverá as duas moções de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Professor Grando que, na forma do Regimento, tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, vou fazer a leitura, hoje, de uma nota do nosso diretório nacional, que foi lida pelo nosso líder catarinense e líder nacional do PPS na Câmara Federal, o deputado Fernando Coruja, tratando de um posicionamento público do nosso partido em defesa do uso da célula-tronco embrionária.

(Passa a ler.)

"Não há como negar que é obscurantista a visão daqueles que preferem preservar embriões congelados que sobram, inviáveis, nas clínicas de fertilização assistida. Afinal, a humanidade na sua evolução deve muito à ciência e à liberdade de pesquisa", diz nota do PPS aprovada em reunião do Diretório Nacional do partido realizada neste fim de semana em Brasília.

Nós somos fruto do Iluminismo, desde o Renascimento, desde a época de Giordano Bruno, Galileu Galilei, desde a questão de Newton, da lei da relatividade de Einstein e da questão da mecânica quântica, como forma de pensamento das probabilidades.

Então, como filhos do Iluminismo, nós devemos muito à ciência por ajudar a humanidade a ter uma melhor qualidade de vida e, ao mesmo tempo, a liberdade de poder se manifestar através da ciência, que são os fundamentos para a construção de uma democracia sólida.

(Continua lendo.)

"No documento, o PPS chama a atenção para a importância das pesquisas com células-tronco para milhões de brasileiros com 'doenças genéticas (que atingem mais de cinco milhões de pessoas, a maioria crianças e jovens) e incuráveis, tais como a diabetes, o câncer, o mal de Alzheimer, a doença de Parkinson ou secção da medula espinhal causada por acidentes e armas de fogo'".

Então, vejam bem a questão da coluna, da medula espinhal, pois muitas pessoas que ficam paraplégicas ou tetraplégicas, por acidentes com arma de fogo, ou por enfrentamento, poderão ter esperança de cura através da célula-tronco embrionária.

(Continua lendo.)

"O PPS ressalva, e aí é uma questão democrática, que são legítimas as posições das igrejas e também do procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, que impetrou Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei que autoriza o uso das células-tronco embrionárias, inviáveis para fertilização, em pesquisas para o tratamento de doenças atualmente incuráveis e das igrejas. Mas o partido reafirma 'o caráter laico da República brasileira'..."

Aí uma questão política clara, óbvia, foi que permitiu à humanidade avançar com a Revolução Francesa, dizendo o papel do estado e se desligando da questão religiosa, e ter o papel laico. Nós temos razão, qualquer cidadão poderá ter o direito, ainda mais o procurador-geral da República, ainda mais uma entidade como a igreja, de se manifestar contra, mas nós também temos o direito de contrapor. Por quê? Porque o princípio básico é que o nosso governo brasileiro, o estado brasileiro é um estado laico. Portanto, vamos respeitar a todos. Não se trata de uma questão de religião, trata-se de uma questão de ciência.

Todos nós sabemos que temos aproximadamente 16 mil cientistas brasileiros que são a favor do uso da célula-tronco embrionária. Onde se encontram esses cientistas em número de 16 mil, que por três anos, desde 2005, na lei de biosegurança, estamos com este avanço da pesquisa proibido?

(Continua lendo.)

"O Congresso Nacional, em 2005, aprovou a Lei n. 11.105/05 com o voto favorável de 96% dos senadores e 85% dos deputados federais. Essa lei autoriza o uso de células-tronco embrionárias já descartadas e, portanto, inviáveis para a fertilização, em pesquisa e tratamento de doenças hoje.

Apesar do avanço que essa lei representa, pelo menos em relação às pesquisas com saúde humana, o assunto foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), face uma Adin - Ação direta de Inconstitucionalidade -, proposta pelo então procurador-geral da República Cláudio Fontelles, que irá a julgamento no próximo dia 5 de março."

Mas nós observamos, através da imprensa, que há pressão para que seja feito um pedido de vista nesse sentido, pois esse também é um direito que compete a cada juiz, a cada membro do Supremo Tribunal Federal. O ministro tem todo o direito de pedir.

(Continua lendo.)

"São legítimas as posições do ex-procurador Fontelles, dos movimentos, lideranças e igrejas, dentre elas a Igreja Católica, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), contra o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas que podem representar a esperança de tratamento para milhões de seres humanos.

O PPS, reafirmando o caráter laico da República brasileira e as suas históricas posições em favor do avanço da ciência, associa-se à maioria da sociedade brasileira, às associações de portadores de várias doenças, aos pacientes e seus familiares e a pelo menos 16 mil cientistas brasileiros que são a favor do uso de células-tronco embrionárias em pesquisa. Esses cientistas são membros de 50 sociedades científicas, dentre as quais a Academia Brasileira de Ciências - ABC, a Federação de Sociedades de Biologia Experimental e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC.

Apesar da polêmica, o trabalho dos cientistas continua. É de fundamental importância para doutores e pós-doutorados formados nesta área, que na hora da ação e da prática não recebem o apoio legal, a investigação do uso de células-tronco embrionárias humanas para o tratamento de pessoas afetadas por doenças genéticas (que atingem mais de cinco milhões de brasileiros, a maioria crianças e jovens) e incuráveis, tais como a diabetes, o câncer, o mal de Alzheimer, a doença de Parkinson ou secção da medula espinhal causada por acidentes e armas de fogo.

Não há como negar que é obscurantista a visão daqueles que preferem preservar embriões congelados que sobram, inviáveis, nas clínicas de fertilização assistida. Afinal, a humanidade na sua evolução deve muito à ciência e à liberdade de pesquisa.

Os 11 ministros do STF terão que escolher na próxima semana entre o avanço da ciência e o obscurantismo."

Então, realmente é algo democrático que nós devemos apoiar, ouvir todos os lados, mas, ao mesmo tempo, devemos tomar uma posição partidária, e é isso que o meu partido faz. Devemos tomar uma posição partidária, até pela história do que representa o Iluminismo, o avanço que a ciência representou para o bem-estar da população.

Se hoje aumentou o nível de vida da nossa população, aumentou a idade de vida de nossos cidadãos que chegam aos 70 anos, foi graças à ciência que apresentou remédios, mesmo contra a natureza, como é o caso da insulina, como é o caso das vacinas, como é o caso dos hormônios, enfim, do crescimento e de tantos outros remédios que já estão apresentando cura.

Mas quero dizer, srs. deputados, que esses embriões estão há mais de três anos guardados *in vitro* e estão entre o espermatozoide e o óvulo há apenas três, quatro dias. Portanto, não atingiram o décimo quarto dia, e os cientistas já reconhecem que as células neuromusculares podem criar neurônios, ou seja, células nervosas que constituirão no futuro o cérebro que será responsável pela vida humana, porque uma pessoa é declarada sem vida quando o cérebro deixa de funcionar.

Portanto, se aquela célula da formação neuromuscular não existiu, não há vida, segundo a ciência. Quanto à religião, cada um tem a liberdade de interpretar, porque isso não se trata de uma questão religiosa, trata-se de um estado laico e da ciência para o bem da humanidade.

É bastante claro. Eu posso falar isso porque sou cristão praticante e tenho esse posicionamento até como questão de físico que sou.

Para finalizar, sr. presidente, não poderia deixar de falar, até de forma rápida, que estivemos domingo, em São Joaquim, no anel da maçã, uma estrada, como se diz, prometida há muitos e muitos anos. Foi vencida uma pequena parte, ainda não conseguimos chegar lá no rio Pelotas, na divisa, onde ele abraça o rio Grande, mas nós vamos chegar lá. Os primeiros 7,5 quilômetros foram construídos beneficiando aproximadamente 300 produtores de maçã no escoamento da produção com melhor qualidade, com melhor rentabilidade, porque este ano teremos uma boa safra e um bom preço da maçã, que é raro para quem trabalha na agricultura e para quem cultiva os seus produtos, como a cebola.

Então, parabéns ao governo do estado por mais essa obra que eu pude constatar pessoalmente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - sr. presidente, esta semana em que comemoramos a semana da mulher e, de forma especial, no dia 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher, inúmeros municípios de Santa Catarina, a sociedade organizada está preparando homenagens nas suas cidades para a mulher.

Neste sentido, eu queria aqui cumprimentar e estimular todos aqueles que estão organizando isso, de forma especial, em Campo Alegre, como Itamar Ribeiro, o sr. Antônio Ribeiro, a d. Juracy e o sr. Leandro Paoli, bem como a d. Marli Junatum e o sr. Silvío Brigoni, de Rio Negrinho; a d. Aracy, de Itaiópolis; a vereadora Terezinha Visinheski; a d. Aglea; o sr. Pigato, vice-prefeito. Enfim, todos que estão organizando a cerimônia em homenagem ao dia da mulher.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, inicialmente, eu gostaria de saudar as mulheres que estão na semana de mobilização - as mulheres camponesas, as mulheres urbanas - participando de um grande debate e, ao mesmo tempo, trazendo uma importante pauta de reivindicações que já foi durante muitos anos debatida e discutida.

Eu até dizia, ontem, aqui da tribuna, srs. deputados, que no ano passado, nessa mesma época, foi apresentada a mesma pauta de reivindicação ao governo do estado de Santa Catarina e na oportunidade teriam sido destacados vários aspectos, vários pontos extremamente importantes na vida e na caminhada não só do movimento das mulheres camponesas, urbanas, como também das famílias das quais fazem parte. Foram discutidos pontos extremamente importantes, mas muitos deles não receberam a atenção devida do próprio estado para que pudessem ser viabilizados. Passou-se basicamente um ano e quase nada daquilo que foi pontuado tem sido cumprido.

Portanto, novamente elas retomam e recolocam a pauta para que o governo possa ser sensível a essa questão, no sentido de dar algum encaminhamento sobre os pontos que foram pautados nessa reivindicação.

Eu dizia, no dia de ontem, e aqui faço questão de reproduzir, que a questão da infraestrutura envolve o aspecto da produção de alimentos saudáveis. E nós temos que parabenizar nesta Casa essas mulheres por essa preocupação de que devemos produzir alimentos de qualidade, saudáveis aos seres humanos. Nada mais digno e mais justo do que uma luta nessa direção, que tem esse esclarecimento sobre a produção de alimentos saudáveis, pois quem não gostaria de consumir uma alimentação saudável. Ela é boa para todos os cidadãos, cidadãs, enfim, para todos os seres humanos.

Nesse sentido, quero pontuar alguns aspectos importantes, como, por exemplo, os cursos de capacitação técnica para mulheres. Ora, isso não envolve basicamente despesa alguma para o estado, para o poder público, tendo em vista a grande estrutura humana que o estado tem. Então, ele poderia viabilizar um curso de capacitação técnica basicamente sem desembolsar quase nenhum tostão.

Isso é fácil de ser feito, é fácil de ser realizado! O que bastaria seria uma decisão política por parte do governo e nós realizaríamos esses cursos com toda a tranquilidade, a fim de atendermos essa reivindicação das mulheres, mas já se passou um ano e nada disso aconteceu.

Outra questão é a construção das cisternas. Se nós prestarmos atenção ao nosso estado, vamos perceber que a região do grande oeste está vivendo um momento de muita dificuldade, com consequências drásticas, que é a falta de chuvas. E nós temos que tomar alguma atitude, o poder público tem que tomar alguma atitude, tem que haver alguma ação e basicamente o custo para isso também é pequeno.

Nós aprovamos aqui, no ano passado, que seriam destinados no Orçamento do estado recursos para a construção de cisternas. Já existem recursos contemplados para isso no Orçamento do estado de Santa Catarina.

Portanto, o que vale é uma ação política por parte do governo. E eu vejo que isso também não é algo complexo, difícil, que não possa ser realizado, porque envolve pouco recurso e o benefício que isso traz é incalculável, principalmente para aquelas famílias que vivem a situação da falta de água, a falta de condições para armazenar a água da chuva.

Outra questão é a da construção ou o melhoramento de hortas. As donas-de-casa têm essa preocupação, sejam elas da roça, da área urbana, que têm o seu terreninho atrás da casa ou na frente.

Essa decisão política deve partir basicamente do governo, tendo em vista as sementes que todo ano são distribuídas por este estado afora. E ele deve ir além, incentivar, contribuir e ajudar para a produção de sementes, recuperando um pouquinho a questão da nossa semente crioula, deputado Décio Góes.

Eu acho que o que está faltando em vários aspectos é simplesmente uma decisão política por parte do governo. Nós faríamos uma grande revolução na sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero parabenizá-lo pelo seu depoimento e pela simplicidade como tem colocado essas questões das reivindicações populares. E nesse caso do movimento das mulheres elas estão pedindo oportunidades simples, fáceis de o governo resolver, mas ele está com uma falta de sensibilidade impressionante, pois há mais de um ano que ele não recebe essas mulheres que querem falar sobre as suas prioridades, com muita simplicidade.

No entanto, quando se trata de benefícios fiscais, o governo do estado concede cerca de 1/3 do seu Orçamento anual para as grandes empresas e recebe todo o setor empresarial sempre na hora que eles querem. Mas quando são reivindicações populares, em que a população está pedindo a oportunidade de emprego, de renda, de curso de preparação, para poder gerar as suas próprias iniciativas, aí ele não pode, é caro, não tem tempo ou está viajando.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Agradeço a v.exa. pelo aparte, nobre deputado Décio Góes. Mas tem razão v.exa., pois até hoje as mulheres foram atendidas pelo terceiro, quarto, sexto escalão do governo do estado. Acho que é até uma falta de reconhecimento pelo importante trabalho que as mulheres da roça, camponesas e a mulher urbana desenvolvem, realizam com tanto amor e carinho.

É preciso que o governo dê prioridade a essas reivindicações das mulheres.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria alertar a todos os deputados que está tramitando, em Santa Catarina, a implantação de mais de 100 pequenas usinas hidroelétricas.

Lembro-me de inúmeros artigos que o governador Luiz Henrique da Silveira tem escrito em jornais alertando sobre o problema da falta de energia na região norte do estado de Santa Catarina, até porque tempo atrás houve a intenção da implantação de uma usina hidroelétrica no norte catarinense e que por questões ambientais até agora não saiu do papel. Lamentavelmente, temos mais de 650 projetos para entrar em vigor e por questões de limitações ambientais não estão acontecendo.

Aquilo que acontece hoje em Joinville poderá vir a acontecer em mais regiões do estado se não tomarmos providências sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Por acordo de lideranças, vamos suspender a sessão solicitando ao deputado Sargento Amauri Soares que conduza os presidentes das associações sindicais no plenário desta Casa.

A Presidência suspende a sessão por dois minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu queria lembrar e fazer um último convite aos deputados e a toda a comunidade: amanhã, às 9h, no Auditório Antonieta de Barros, acontecerá a III Conferência Estadual do Meio Ambiente, que irá tratar das questões relativas às mudanças climáticas. Essa conferência é fruto do resultado de sete conferências regionais que foram feitas no estado e agora, de forma conclusiva, fecha essa etapa estadual para em maio haver a etapa nacional.

Então, reforço o convite para amanhã, às 9h, no Auditório Antonieta de Barros, comparecerem à III Conferência Estadual do Meio Ambiente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham, o documento que acabamos de receber dos integrantes dos movimentos sindicais do estado, por concessão de v.exa. no acordo com os líderes desta Casa, foi entregue a cada liderança, e eu, na condição de vice-líder aqui presente, juntamente com o deputado Reno Caramori, recebi o documento em nome da nossa bancada e peço permissão para fazer a leitura, porque o considero extremamente importante.

(Passa a ler.)

"Sr. Deputado,

Os Movimentos Sindical, Popular e Social de Santa Catarina vem respeitosamente a V.Sa., solicitar encaminhamento de deliberação de Ato Unificado na tarde de hoje, da retirada do PLC 00050.6/2007, que ao nosso entendimento privatiza e quebra o regime de previdência dos servidores públicos de Santa Catarina dos três poderes.

A instituição desses fundos significa o fim da solidariedade entre gerações, fim da paridade entre ativos e inativos e o fim da aposentadoria integral.

Pelo projeto, os recursos provenientes das contribuições previdenciárias dos servidores, mais a parte do ente patronal (Estado) serão aplicados no mercado financeiro, sem nenhuma garantia de retorno ao servidor. Isto significa que, caso o dinheiro seja mal aplicado, os investimentos mal sucedidos, com falências e/ou quebraadeiras, todos os trabalhadores pagam a conta.

Diante do exposto, contamos com vossa compreensão na certeza de nosso pleito ser atendido.

Atenciosamente

(aa) Mario Antonio da Silva -

SINTESPE,
Volnei Rosalem - SINJUSC,
Ana Julia Rodrigues - SINTE." [sic]

Eu entendo extremamente meritória, deputados Reno Caramori, Décio Góes, Pedro Baldissera, Professor Grandó, Manoel Mota, José Natal e eminente presidente, as preocupações que nos trazem as representações dos sindicatos, porque essa matéria é efetivamente da maior complexidade. Eu diria, deputado Reno Caramori, que é a principal matéria que está pautada a debate nesta Casa ao longo deste ano.

No dia de ontem, na comissão de Constituição e Justiça, conforme já havia deliberado a bancada do Partido Progressista, e na condição de representante da bancada naquela comissão, infelizmente fomos voto vencido na decisão pelas audiências públicas, deputado Pedro Baldissera, v.exa. também lá estava e também foi voto vencido. Nós pretendíamos que sobre o debate com relação a essa matéria fossem realizadas 36 audiências públicas. Por que 36? Porque pela complexidade da matéria, o que nós queríamos, deputado Manoel Mota, é que se pudesse debater no âmbito de cada secretaria de Desenvolvimento Regional, porque é lá que estão os servidores jurisdicionados àquela secretaria.

Eu entendo que a questão de logística para o governo e para a própria Assembléia Legislativa seria um pouco complicada, dado o número de secretarias que nós temos. Mas também entendo que uma matéria de importância e de repercussão como esta na vida do servidor, na vida de mais de 100 mil famílias de servidores, terá repercussões que vão perdurar ao longo dos anos, de décadas, de séculos, deputado Décio Góes! Uma discussão como essa não pode ser feita no afogadilho, sem um amplo debate! Decidiu-se, deputado Professor Grandó, pela maioria de votos, pela realização de apenas nove audiências públicas, concentrando. Por exemplo, nós, no sul do estado, ao invés de termos um debate, uma audiência pública na SDR de Laguna, outra na SDR de Braço de Norte, outra na SDR de Tubarão, outra em Criciúma e outra em Araranguá, vamos ter apenas uma audiência pública que vai ser em Criciúma.

Mesmo sendo uma macrorregional, vai ser difícil a mobilização dos servidores de toda a região. E o fato é que os servidores não conhecem essa matéria. Vamos ser honestos! Tenho coragem de assumir: sou servidor público de carreira, professor de carreira, efetivo, concursado, com 25 anos de magistério e confesso que não conheço a matéria ainda. Li, mas não compreendi. É uma matéria extremamente complexa, deputado Professor Grandó. Nós sabemos que o é pelos anos de repercussão que terá e pelos vários exercícios que têm que ser feitos. O governo poderia, sim, organizar-se, preparar um kit básico de material para que a Assembléia pudesse fazer o debate a fim de levar a informação do governo e dos demais poderes que precisam ser esmiuçadas, precisam ser bem explicadas.

E qual é o papel da Assembléia Legislativa, qual é o propósito de uma audiência pública? É ouvir as partes interessadas. Então o governo faria a sua apresentação e os segmentos dos servidores organizados teriam que ter um espaço para, conhecendo, ouvindo a explicação oficial do governo e dos demais poderes, poder manifestar-se.

A Assembléia Legislativa colheria em cada uma das 36 secretarias de Desenvolvimento Regional as sugestões, as contribuições, as críticas e depois, sim, faríamos os debates no âmbito das comissões, deputado Manoel Mota. Eu entendo que é equivocado esse encaminhamento, eu fui voto vencido, teríamos que dar uma oportunidade

aos servidores na sua totalidade, ou que lhes fosse facilitado o acesso. E isso eu imagino que no âmbito de cada secretaria Regional seria possível. Mas o governo não quis. O governo só quis nove, num reconhecimento de que há secretaria Regional demais. Se for assim, como disse o deputado Pedro Baldissera, há que se fazer uma emenda para reduzir as Regionais de 36 para nove, se é que é para debater um projeto que vai influenciar na vida do servidor não se tem possibilidade de utilizar a sua estrutura.

Para concluir, deputado Antônio Aguiar, dentro do acordo que fizemos, a informação que acabamos de receber do Sinte é de que a assembléia dos servidores, além de prestigiadíssima, de muito movimentada, reunindo professores do estado todo, vai deliberar por greve no magistério. Isso é extremamente perigoso, delicado, porque a insensibilidade do governo continua presente, deputado Reno Caramori.

Nós não estamos percebendo a ação efetiva do governo em atender o pleito dos professores para evitar essa greve. Quanto aos demais segmentos, já temos conhecimento de que na Agricultura, na Saúde e na Segurança a situação de desespero do servidor é grande.

Governador, desça do pedestal, coloque os seus secretários para ajudá-lo a conter outras despesas desnecessárias e remunerar com dignidade o servidor catarinense, também os inativos e aposentados que estão à mercê de reconhecimento e valorização.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, vou tentar em seis minutos prestar contas da visita que fizemos ontem a Itajaí, juntamente com a deputada Ana Paula Lima, atendendo solicitações que recebemos de empresários, de motoristas autônomos, de usuários da BR-101, mais precisamente, reunimo-nos para tratar da ponte que liga Itajaí a Navegantes.

Nós, no dia 26, sr. presidente e srs. deputados, fomos constatar *in loco*, chegamos às 15h na fila e só passamos a ponte às 17h. Portanto, foram duas horas na fila. Por isso nós constatamos, voltamos e convidamos todos para uma visita ao local para resolver em parte o problema. Convidamos o diretor do DNIT, o superintendente regional sr. João José; a deputada Ana Paula Lima; o engenheiro Oscar Isaka, que é da Técnica Granville Ltda., a empreiteira que executa a obra; esteve conosco Kleber Justus, gerente do Departamento de Fiscalização do Crea; Antônio Carlos Bessa, supervisor do DNIT de Joinville; o sr. Sérgio Ribeiro Werner, vice-presidente da Associação Empresarial de Itajaí, e o sr. José Piccoli, engenheiro consultor dos Profissionais Associados.

Essa ponte está sendo recuperada pela empresa Granville e o problema ocorre na travessia do rio Itajaí. Lá nós reunimos, além daqueles que enumeramos, os patrulheiros, desde a chefia até aqueles que atuam no trecho da Polícia Rodoviária Federal e debatemos, por mais de uma hora e meia, sobre o que poderia ser feito para minimizar o problema da travessia da ponte.

Nós, da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, sugerimos que fosse pelo menos aumentado o efetivo na ponte; hoje são 40 homens. A empreiteira concordou em passar para 50, porque é uma mão-de-obra especializada, sr. presidente, é um trabalho artesanal de recuperação de uma obra antiga.

Outro detalhe: o expediente inicia às 7h e pára às 24h, em dois turnos, de acordo com a lei trabalhista. Outra atitude que já está sendo tomada é insistir na obrigatoriedade de trânsito em fila única, porque nós sabemos que os infiltrões, como eles chamam lá no local, são muitos que vão pelo acostamento e lá na frente, na cabeceira da ponte, eles pedem licença para os caminhões e vão entrando na fila.

É óbvio que lá no final da fila vai retardando cada vez mais. O pessoal mais acostumado faz isso e vai criando um problema sério para os que estão lá atrás. Um caminhão, deputado Manoel Mota, v.exa. conhece bem, que desacelera, que quase pára para dar vez a um automóvel, este rapidamente se distancia, mas o caminhão tem que tomar novamente toda a capacidade de aceleração para aumentar a velocidade, o que demora alguns segundos que são transformados em minutos e horas.

Por isso também será aumentado em praticamente 100m a 400m, de acordo com a necessidade, a fila única, não permitindo a entrada dos infiltrões, aumentando cada vez mais a velocidade para dentro dos limites, que era de 40 km/h, e os caminhões terminam passando a 5 km/h ou 10km/h.

Outra medida também eficiente é a sinalização fixa e a sinalização homem, que fará a sinalização com bandeira, mostrando que lá na frente existe um pequeno obstáculo, que é a fila ou a morosidade na passagem. Antes havia um homem, a fila ia aumentando e o homem ficava parado. Ele precisa avançar de acordo com o que retarda a fila, é óbvio, senão deixa de ser um sinalizador.

Então assim foi acordado, todos os que estavam presentes e já nominados foram unânimes, e talvez seja um paliativo. A deputada Ana Paula Lima hoje já se pronunciou a respeito e parece que mostrou algumas fotos. O que nós precisamos realmente, deputado Manoel Mota, é fazer com que encontremos pelo menos um paliativo para minimizar a situação dos usuários da BR-101.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos à sociedade com relação a um requerimento de autoria do eminente deputado Joares Ponticelli sobre a questão da serra do Faxinal.

A serra do Faxinal tem sido uma luta de, aproximadamente, caro presidente, 18 anos para que pudessemos conquistar aquela obra. Já mentiram muito à população com relação a ela! Inclusive, houve máquina em cima de caminhão nessa obra para enganar a população nas eleições! Terminaram as eleições e tudo desapareceu. Agora o governo da descentralização de Luiz Henrique da Silveira é diferente, pois este é um governo que faz, que realiza e que não engana.

Por isso não pude deixar de aprovar o requerimento do eminente deputado Joares Ponticelli. É preciso que ele tome conhecimento dos fatos e venha a este plenário pedir desculpas pelas críticas que já fez ao governo com relação a essa obra lá na região. Tanto é que ele veio à tribuna e disse: "A ponte de Passo de Torres, eu estou procurando até agora, porque não pude bater uma foto de uma pedra, ou de um tijolo, ou de um pedaço de cimento". E a ponte de Passo de Torres nós inauguramos numa festa extraordinária, com a presença de mais de quatro mil pessoas. Só não vê quem não quer! Cego não é aquele que não enxerga, e sim aquele que tem vista e não quer enxergar.

Então, com a ponte de Passo de Torres aconteceu a mesma coisa: ele só criticava a obra, mas ela está pronta, realizada e o povo hoje passa por aquela ponte. Agora é com a serra do Faxinal. E esse requerimento vai servir para provar as ações de infra-estrutura feitas pelo governo. E quem é engenheiro sabe perfeitamente que, primeiro, faz-se a infra-estrutura para, depois, realizar a terraplanagem e a obra.

Eu não poderia deixar passar em branco, caro presidente, já que se trata de uma obra que por três vezes, lá de Sombrio a Jacinto Machado, botaram as estaquinhas para enganar a população na eleição - e foi o líder do Joares Ponticelli que mandou colocar -, e quando terminou a eleição, elas desapareceram. Na outra eleição, colocaram mais uma vez as estaquinhas para enganar o povo novamente. Isso foi feito por três vezes. Hoje não há estaquinhas! Hoje há uma obra!

Por que há uma obra? Porque este é um governo que realiza, que não faz demagogia, que não engana a população e que não mente.

E aqueles que enganam a população, pensam que a enganam, mas a resposta é dada nas urnas. E a resposta já foi dada: a população não aceita mais ser enganada e por isso eles foram derrotados na eleição passada, foram derrotados nessa eleição, foram derrotados em Florianópolis, e vão continuar sendo derrotados, até que falem a verdade para a população e passem a realizar obras que sejam um reflexo do sentimento do povo.

No governo da descentralização de Luiz Henrique, a participação da população no Orçamento é efetiva. Quer dizer, o Orçamento reflete o sentimento do povo. Então, o governador não administra do seu gabinete, e sim junto à população de Santa Catarina. Por isso busca resultados a cada instante e faz

com que a população de Santa Catarina se sinta realizada.

O eminente deputado presidente Antônio Aguiar sabe dos investimentos que estão sendo feitos no norte, no oeste, no sul, em todos os cantos. Então, este é o governo que veio para ficar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos e findo o horário regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SEXTA LEGISLATURA

As treze horas e trinta minutos do dia 27 de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se a comissão acima epigrafada, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Décio Góes com a presença dos Senhores Deputados Edison Andrino, José Natal e Professor Grandó, sendo que o Deputado César Souza Júnior apresentou justificativa para sua ausência. (O Senhor Presidente Deputado Décio Góes) - "Boa tarde senhores deputados presentes na nossa sessão, passaremos alguns informes, a Caixa Econômica Federal celebrou quatro convênios com Governo do Estado de Santa Catarina, é um repasse de recursos financeiros da União para a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, o segundo é para a sinalização turística das estradas federais e estaduais que cortam nosso Estado, o terceiro com o SEBRAE para apoio da implantação do turismo rural junto a agricultores familiares do Vale do Itajaí". (O Senhor Deputado Professor Grandó) - "Aliás, o senhor apresentou um substitutivo global ao nosso projeto da Agricultura Familiar, isto já deve ser um convênio para ser aplicado, já que o Governo do Estado tem uma lei sobre o turismo rural". (O Senhor Presidente Deputado Décio Góes) - "Recebemos da câmara de Vereadores de Concórdia, uma solicitação para que fosse instalada uma coordenadoria regional da FATMA naquele município. Tomei a iniciativa de enviar esta correspondência ao Presidente da FATMA, o Carlos Leomar Kreutz, que após análise enviou resposta julgando pertinente a solicitação. Porém informamos que a iniciativa é da Assembléia Legislativa. Mas como esta não pode versar sobre gastos públicos, recomendo que seja feita uma indicação ao Governo do Estado, por iniciativa desta Comissão". Aprovada a indicação pela Comissão. (O Senhor Presidente Deputado Décio Góes) - "Outro tema a ser abordado é que vários deputados solicitaram na Comissão de Constituição e Justiça, uma audiência pública, no dia dez de março às 14 horas, aqui na Antonieta de Barros, para debater as políticas ambientais a serem implantadas no Estado de Santa Catarina, pelo IBAMA, como a Reserva extrativista de Ibiraquera, reserva de fauna na Baía da Babitonga e Campos de Altitude de Lages. Foi deliberado na CCJ, estão nos convidando a participar. Vamos dialogar com a CCJ e trataremos os assuntos isoladamente. Vamos ter nos dias seis e sete de março, a III CEMASC, trataremos diversas autoridades para alguns debates pertinentes ao aquecimento global. Gostaria que os deputados desta Comissão se fizessem presentes. Recebi uma correspondência do Movimento Aberto contra a Farra do Boi, que também foi enviada ao Governador do Estado, dando ciência do manifesto, que propõe deflagrar um boicote ao turismo no Estado, com repercussões no consumo da carne bovina a nível internacional, se as práticas não forem proibidas. Gostaria de Convidar o Alejandro Caprario, representante do movimento e a Senhora Eliete Leal, da Capra". Após apresentação das solicitações do Senhor Alejandro Caprario e da Senhora Eliete Leal com ameaça de boicote internacional, todos os deputados presentes foram veementemente contra o boicote. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu Newton Ladislau Zomkowski, Chefia de Secretária, digitei a presente ata, que depois de lida será assinada pelo Senhor Presidente. Sala de reunião das Comissões em 27 de fevereiro de dois mil e oito.

Deputado Décio Góes
Presidente
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 24 de março de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 004/2008, destinado a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS COM INSTALAÇÃO E MONTAGEM NO LOCAL (ALESC)**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 14:00 h do dia 24 de março de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 10 de março de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 099/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 001/2008, referente à aquisição e instalação de equipamentos nos consultórios odontológicos da ALESC, obteve o seguinte resultado:

Lote Único -

Vencedora: PRODOCTOR

Valor do Último Lance: R\$ 52.000,00

Florianópolis, 11 de março de 2008.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 146, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR ELIZETE INÊS DA SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Darci de Matos).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 147, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CARMEN PAZINATO CANTON**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Dirceu Dresch).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 148, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, para exercer a função de Pregoeira, e a servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, na função de Pregoeira substituta no Pregão nº 002/2008 e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947 e **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775, nos termos do Edital de Pregão nº 002/2008.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 149, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, para exercer a função de Pregoeiro, e o servidor **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, na função de Pregoeiro substituto, no Pregão nº 003/2008, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169 e **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775, nos termos do Edital de Pregão nº 003/2008.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 150, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 234 de 04/12/2007,*

ANTECIPAR o início das férias relativas ao biênio 2008/2009, dos servidores abaixo relacionados, do dia 02 de janeiro de 2009 para o dia 1º de julho de 2008:

MATR	NOME DO SERVIDOR
5390	André Ademar Bittencourt
5389	Homero de Souza Gomes
5418	Reginaldo da Silveira

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 151, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:
LOTAR **FATIMA REGINA PEREIRA**, matrícula nº 1042, na Procuradoria de Finanças.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 152, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **PEDRO IDERALDO SAMPAIO**, matrícula nº 0980, na Coordenadoria de Documentação - Centro de Memória..
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 153, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *Conforme Instrumento de Convênio nº 001/2007-2 celebrado entre a ALESC e a Câmara Municipal de Florianópolis,*

LOTAR **MARIA DAS DORES PEREIRA TEIXEIRA**, servidora da Câmara Municipal de Florianópolis à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete do Deputado Darci de Matos.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 154, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

NOME SERVIDOR	MATR	Processo nº	Nível	VIGÊNCIA
Epitacio Bittencourt Sobrinho	1025	1968/07	Especialização	17/12/2007
Miriam Cristina Valle Dalbosco	1533	2498/07	Especialização	18/12/2007
Helio Estefano Becker Filho	1332	2510/07	Especialização	19/12/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 155, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Flavia Cordeiro de Carvalho	4550	3%	3%	01/01/08	0079/08
Diane Fortti	4595	3%	3%	01/02/08	0142/08
Lindones Dresch Ayello	4569	3%	3%	01/02/08	0143/08
Tatiane Cristina da Silva	4563	3%	3%	31/01/08	0162/08
Bernadete Pratto	Melo 3491	3%	6%	02/01/08	0163/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 156, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Valquiria Silva Vaz	3824	3%	6%	31/01/08	0191/2008
José Nei Alberton Ascari	4552	3%	12%	10/02/08	0194/2008
Araci Francisca da Silva	4991	3%	15%	24/01/08	0200/2008

João José Cândido da Silva	0891	3%	36%	24/02/08	0201/2008
Maria Willemann	Salete 1145	3%	36%	25/02/08	0202/2008
Eliana de Freitas Ribeiro	1491	3%	27%	27/02/06	0212/2008
Eliana de Freitas Ribeiro	1491	3%	30%	15/03/07	0212/2008
Paulo Roberto Schulte da Silva	1830	3%	18%	17/01/08	0213/2008

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 157, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Kelly Weimer	Carolina 3829	3%	6%	01/02/08	0151/2008
João Ramos	Otaviano 3295	3%	9%	31/01/08	0152/2008
Giovani Roza	3288	3%	9%	31/01/08	0153/2008
Anderson Macagnin	3282	3%	9%	31/01/08	0154/2008
Evilasio Casagrande	3202	3%	6%	22/12/07	0155/2008
Irani Terezinha R. Pereira	2616	3%	9%	01/02/08	0157/2008
Carlos Cesar de Oliveira	1087	3%	36%	16/02/08	0158/2008
Indiara Carvalho	Luersen 2752	3%	15%	21/02/08	0188/2008
Wenceslau da Silva	Orival 3256	3%	9%	01/02/08	0189/2008

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 158, de 11/03/08 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **PAULO DA SILVA PACHECO**, matrícula nº 1596, por 17 (dias) dias, a partir de 20/01/08.

PORTARIA Nº 159, de 11/03/08 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **IVAN ALTHOFF DE MEDEIROS**, matrícula nº 1848, por 90 (noventa) dias, a partir de 06/02/08.

PORTARIA Nº 160, de 11/03/08 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **DULCINEA MOREIRA**, matrícula nº 2028, por 02 (dois) dias, a partir de 14/02/08.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 161, de 11/03/08 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **NEUCY FERREIRA**, matrícula nº 0464, por 60 (sessenta) dias, a partir de 30/12/07.

PORTARIA Nº 162, de 11/03/08 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARIA LUIZA BRASIL**, matrícula nº 1134, por 60 (sessenta) dias, a partir de 21/01/08.

PORTARIA Nº 163, de 11/03/08 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **JOSÉ PAULO REBELO**, matrícula nº 1161, por 60 (sessenta) dias, a partir de 27/01/08.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 164, de 11/03/08 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **LOURIVAL BAPTISTOTI**, matrícula nº 1900, por 30 (trinta) dias, a partir de 26/02/08.

PORTARIA Nº 165, de 11/03/08 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **RUBENS MANOEL JUSTINO**, matrícula nº 1838, por 30 (trinta) dias, a partir de 26/02/08.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 166, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **IVANY DO CARMO ARRUDA**, matrícula nº 5494, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 167, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **PAULO ROBERTO MONAUAR**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 168, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MAURICIO CHELEST**, matrícula nº 4818, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Pedro Baldissera).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 169, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **PAULO FLAVIO LAUXEN**, matrícula nº 2609, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Pedro Baldissera).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 170, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MACIEL COVER**, matrícula nº 5552, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Pedro Baldissera).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 171, de 11/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR MACIEL COVER, matrícula nº 5552 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Pedro Baldissera).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 017/08

Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural Nacional, no Município de Dionísio Cerqueira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural Nacional, com sede no Município de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 029/08

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema, com sede no Município de Itapema.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 575/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Bom Jardim da Serra.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à empresa selecionada por meio de processo licitatório, pelo prazo de vinte anos, o uso oneroso de uma área com quinhentos metros quadrados, localizada próximo aos Peraus da Serra do Rio do Rastro, matriculada sob o nº 1.275 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da São Joaquim e cadastrado sob o nº 03340 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo fornecer espaço físico para a instalação de uma cafeteria no Mirante da Serra do Rio do Rastro para melhor atender os turistas que visitam a região.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada por descumprimento dos deveres pela concessionária ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 577/07

Autoriza a doação de imóvel no Município de Navegantes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Navegantes o imóvel constituído por um terreno com área total de trezentos metros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 13.108 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí e cadastrado sob o nº 00443 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo fornecer espaço físico para a construção da Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada dependentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***